



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

JHONATHAN BOLDORI LEONARDI

**A FORMAÇÃO E REPRODUÇÃO DA ELITE LOCAL EM PALMAS: UM
ESTUDO DE CASO A PARTIR DO CAPITÃO FRANCISCO ANTÔNIO DE ARAÚJO
(1839 – 1876)**

**CHAPECÓ
2018**

JHONATHAN BOLDORI LEONARDI

**A FORMAÇÃO E REPRODUÇÃO DA ELITE LOCAL EM PALMAS: UM ESTUDO
DE CASO A PARTIR DO CAPITÃO FRANCISCO ANTÔNIO DE ARAÚJO
(1839 – 1876)**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado
como requisito para obtenção de grau de Licenciado em
História da Universidade Federal da Fronteira Sul.
Orientadora. Prof. Dra. Renilda Vicenzi
Co orientadora. Prof. Me. Edisiana de Belgrado Aita

**CHAPECÓ
2018**

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Leonardi, Jhonathan Boldori

A FORMAÇÃO E REPRODUÇÃO DA ELITE LOCAL EM PALMAS: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DO CAPITÃO FRANCISCO ANTÔNIO DE ARAÚJO (1839 ? 1876)/ Jhonathan Boldori Leonardi. -- 2018.

56 f.

Orientadora: Renilda Vicenzi.

Co-orientadora: Edsiana de Belgrado Aita.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em História Doutorado Interinstitucional em Educação Científica e Tecnológica - PPGET, Chapecó, SC, 2018.

1. Elite. 2. Sociedade de posse. 3. Palmas. 4. Província do Paraná. I. Vicenzi, Renilda, orient. II. Aita, Edsiana de Belgrado, co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

JHONATHAN BOLDORI LEONARDI

**A FORMAÇÃO E REPRODUÇÃO DA ELITE LOCAL EM PALMAS: UM ESTUDO
DE CASO A PARTIR DO CAPITÃO FRANCISCO ANTÔNIO DE ARAÚJO
(1839 – 1876)**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciada em História da Universidade Federal da Fronteira sul.

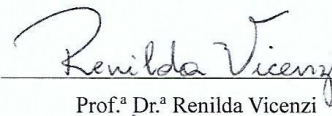
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Renilda Vicenzi

Co orientadora: Prof.^a Me. Edisiana de Belgrado Aita

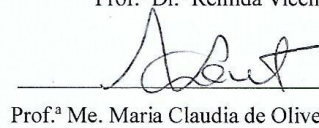
Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

03 / 07 / 2018


BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Renilda Vicenzi



Prof.^a Me. Maria Claudia de Oliveira Martins



Prof. Me. Vicente Neves da Silva Ribeiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço a professora Edisiana de Belgrado Aita, por ter aceitado a orientação da monografia e mesmo após ter deixado a UFFS continuado a manter contato e auxiliado em sua produção. Agradeço também a professora Renilda Vicenzi por ter aceitado orientar esta monografia mesmo a pesquisa estando em andamento. Também agradeço a minha mãe Gracieli Boldori por ter possibilitado minha sobrevivência em terras catarinenses. Por fim agradeço a todos os professores que contribuíram para o meu processo de formação na universidade.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender o processo de formação da elite de Palmas a partir do estudo de um dos seus membros, o Capitão da guarda nacional Francisco Antônio de Araújo, integrante da sociedade de posse dos campos de Palmas de Pedro de Siqueira Côrtes. Esta sociedade tinha como objetivo se apropriar das terras dos campos de Palmas por meio da posse. Esta pesquisa tem como finalidade compreender os mecanismos de formação e consolidação da elite local, a partir de um recorte que se inicia em 1839, com a formação das duas sociedades de posse até 1876, data da morte do Capitão Francisco Antônio de Araújo. A presente monografia se localiza no campo da História social, delimitando-se a um único indivíduo na tentativa de compreender o Capitão Francisco Antônio de Araújo no interior do seu contexto social, e como a dinâmica e as características da elite de Palmas são perceptíveis a partir de sua pessoa. Mostraremos nesta pesquisa como a apropriação de terras dos Campos de Palmas através da posse, foi um modo de enriquecer, assim como as ligações de parentesco fizeram com que Francisco Antônio de Araújo e sua família ascendam a cargos importantes em suas localidades.

Palavras-chave: Elite. Sociedade de posse. Palmas. Província do Paraná.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	09
2. UMA FRONTEIRA POR DEFINIR	
2.1. Campos de Palmas.....	16
2.2. A posse da terra.....	18
2.3. As sociedades de posse de Pedro de Siqueira Côrtes e José Ferreira dos Santos.....	21
2.4. História social das elites.....	29
2.5. A Província do Paraná: Apontamentos da formação da elite política paranaense.....	32
3. CAPITÃO FRANCISCO: FORMAÇÃO E REPRODUÇÃO DA ELITE DE PALMAS NO SÉCULO XIX	
3.1. A política entre famílias: A rede de relações familiares do Capitão Francisco Antônio de Araújo.....	36
3.2. A Guarda Nacional.....	44
3.3. Análise dos Cargos públicos.....	48
3.4. Perfil econômico de Francisco Antônio de Araújo.....	49
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
ANEXOS.....	53
FONTES.....	55
REFERÊNCIAS.....	56

Lista de Mapas:

Mapa 1 - Mapa dos Campos de Palmas.....	16
---	----

Lista de Imagens:

Imagem 1 – Fuga do escravo Benedicto.....	39
Imagem 2 – Ofício ao Juiz de Paz de Palmas.....	48
Imagem 3 – Eleição de Juiz de Paz da Freguesia de Palmas.....	49

Lista de Tabelas:

Tabela 1 – Fichamento do Inventário de Francisco Antônio de Araújo.....	50
---	----

INTRODUÇÃO

Com este trabalho buscamos entender os meios de reprodução, formação e consolidação da elite de Palmas, observando como estas características se reproduzem na figura do Capitão Francisco Antônio de Araújo. A pesquisa possui um recorte que se inicia em 1839, com a formação das sociedades de posse de Pedro de Siqueira Côrtes e José Ferreira dos Santos, até 1876, ano da morte do Capitão Francisco Antônio de Araújo. É denominada sociedade de posse a união entre os fazendeiros de Guarapuava que se vincularam a José Ferreira dos Santos e os sujeitos de Palmeira que se uniram a Pedro de Siqueira Cortês, com o objetivo de se apropriar das terras dos campos de Palmas e criar ali uma povoação, e o meio para obtenção destas terras foi à posse. Este tema será mais bem tratado no decorrer do primeiro capítulo. Analisamos as estratégias desta elite para manutenção de seus privilégios, a partir dos casamentos, dívidas que possuem (e que tem a receber), suas posses e alianças políticas, na tentativa de responder, inclusive, o que faz do Capitão Francisco membro desta elite.

Os Campos de Palmas eram um local de passagem utilizado pelos paulistas desde o século XVII e XVIII, esta região era por eles denominada de Campos de Bitiatuba e Ibituruna, devido à utilização dos campos como local de concentração e de entrincheiramento para atacar as missões jesuíticas no Sul da América portuguesa. Durante o século XVIII foram organizadas diversas explorações para o reconhecimento da região por ordem de Morgano de Matheus (governador da Capitania de São Paulo), sendo o executor de suas ordens Afonso Botelho de Sampaio e Souza, seu ajudante residente em Curitiba. Somente em 1726 em uma expedição saindo de Curitiba, chefiada por Zacarias Dias Côrtes noticiou a descoberta dos Campos de Palmas (MENDES, 1989).

Apesar dos campos de Palmas serem um local de passagem e da organização de missões de reconhecimento da região, o estabelecimento definitivo nos campos não ocorre, devido a grande quantidade de indígenas ainda presentes no local e a grande distância de outros povoados (MENDES, 1989, p.94). As expedições de Zacarias Dias Côrtes e em 1819 de Atanagildo Pinto Martins, tem como finalidade descobrir um percurso que leve aos Campos de Vacaria para aquisição de gado vacum e muar (MARTINS, 1937, p.160).

As informações obtidas com as expedições de exploração dos Campos de Palmas, além da necessidade de expansão da área de criatório de Guarapuava, incentivaram a formação de duas sociedades de posse com a intenção de se estabelecer na região para

expandir a área de pecuária (MENDES, 1989, p.97). Primeiro foi organizada a sociedade de José Ferreira dos Santos composta por 23 sócios, em seguida foi organizada a sociedade de Pedro de Siqueira Côrtes que era composta por 16 membros (MENDES, 1989, p.99). A organização desta segunda sociedade ocorre após a negativa do pedido de Pedro de Siqueira Côrtes para integrar a sociedade de José Ferreira dos Santos que “[...] com a desculpa de que não havia mais lugar no grupo, não foi aceito.” (LAGO, 1987, p.62). Aqui se inicia o desentendimento entre os dois grupos, e após a resposta negativa obtida por Pedro de Siqueira Côrtes de ingressar ao grupo de José Ferreira dos Santos, retorna a vila de Palmeira (local em que vivia), para organizar sua sociedade e chegar até os Campos de Palmas via União da Vitória (LAGO, 1987, p.62). Ambos os grupos se encontram no local e disputam sua posse, quase levando a um conflito armado (MENDES, 1989, p.100-101). Para a resolução da disputa e demarcação das terras entre os dois grupos, foram escolhidos dois cidadãos curitibanos, João da Silva Carrão e José Joaquim Pinto Bandeira, que segundo Lago:

A solução dada ao impasse foi a seguinte: tomando por divisa o Rio Caldeiras, as terras ao poente, "Palmas de Baixo", ficaram com Pedro de Siqueira Côrtes e o seu grupo; e as terras ao nascente, "Palmas de Cima", ficaram com José Ferreira dos Santos e seus companheiros. (LAGO, 1987, p. 67)

O grupo liderado por José Ferreira dos Santos tinha como exigência ser considerado cidadão para se tornar um dos membros, o que excluía na época escravos, indígenas, libertos e mulheres, pois eram considerados cidadãos apenas homens, brancos obrigados a comprovarem serem pessoas de posse (SIQUEIRA, 2010, p.12-13). Já no grupo de Pedro de Siqueira Côrtes existia uma relação de subordinação dos seus integrantes a sua pessoa, por exemplo, se estes sujeitos que o acompanharam quisessem vender suas terras, teriam que as vender para ele como estabelecia um dos termos de contrato da sociedade (LAGO, 1987, p.61).

Ao longo do século XIX os Campos de Palmas não atraíram somente as expedições colonizadoras ao seu território, mas diferentes grupos sociais em razão da possibilidade de acessar novas terras ou encontrar trabalho (SIQUEIRA, 2010, p.16). Segundo o censo de 1872 o número de habitantes da freguesia de Palmas era de 3301, divididos entre 55% de Brancos e os outros 45% de Pretos, Pardos e Caboclos. Destes 3301 habitantes, 273 eram de escravos (8% da população). A população livre se dividia entre 1612 homens e 1416 mulheres, já entre

os cativos eram 118 homens e 155 mulheres. A parcela da população que era estrangeira em 1872 era ínfima conforme o censo¹.

Com relação aos indígenas da região em sua maioria eram da etnia Kaingang, mas não se tem registros da quantidade de indígenas que habitavam os campos de Palmas. A relação de alguns caciques como Vitorino Condá com os fazendeiros que ali se estabeleceram foi negociada, este inclusive auxiliou no processo ocupação dos campos de Palmas, lutando ao lado dos estancieiros contra outros grupos indígenas da região (LAGO, 1987, p.161-167). Esta questão será mais bem explicada no item *Sociedade de Posse*, pois é preciso entender as expectativas dos sujeitos envolvidos no processo de ocupação dos campos de Palmas por posseiros, o como se dava a relação nas negociações entre indígenas e não indígenas.

O percurso para definir o tema de pesquisa não começou no atual município de Palmas, mas sim no município de Clevelândia. O que moveu a pesquisa foi o interesse sobre o período que antecedeu a revolta dos posseiros ocorrida em diversas cidades do sudoeste paranaense em 1957², principalmente como havia se formado a elite política de Clevelândia (que na década de 1950 era o segundo maior município da região sudoeste do Paraná ao lado de Palmas). Pela dificuldade em localizar fontes sobre os sujeitos que faziam parte da elite política de Clevelândia no início do século XX mudamos a problemática de pesquisa. Então se optou pelo atual município de Palmas, pois nele está disponível uma maior quantidade de fontes, além de maior facilidade de acesso a elas. Selecionamos um sujeito parte da elite dos campos de Palmas para compreender como determinadas famílias se mantem no poder ao longo do tempo. Através da lista de prefeitos de Palmas chamou atenção à família Araújo, e após uma rápida pesquisa sobre os sujeitos que “conquistaram” os campos de Palmas no século XIX, foi identificado e posteriormente selecionado o capitão da guarda nacional Francisco Antônio de Araújo entre outros.

Utilizamos como referencial bibliográfico as seguintes dissertações: *Origem e Composição das Fortunas na Sociedade Tradicional Paranaense Palmas 1859-1903* de Adilson Miranda Mendes. Mendes realiza uma análise dos Autos Cíveis de Inventário dos

¹ Ver: BRASIL, IBGE. **Recenseamento do Brasil em 1872**, 1872. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>>

²A Revolta dos Posseiros ocorre no Sudoeste do Paraná, quando muitos colonos tiveram suas posses de terras contestadas pelas companhias colonizadoras, as quais queriam cobrar valores pelas terras. Terras que foram adquiridas pelo direito de posse no período de colonização, mas que não haviam escrituras comprovando, o que gerou o conflito entre colonos e jagunços que foram enviados pelas companhias a fim de, retirar as posses dessas terras das mãos dessa população ou obrigar os mesmos a pagar a quantia exigida. Os colonos reivindicam e lutam por suas terras, dando um basta na violência de que eram vítimas. Os posseiros do Sudoeste do Paraná organizaram um levante expulsando as companhias de terra e tomando as cidades, efetivando uma Reforma Agrária na região. Sobre a revolta dos posseiros ver: VOLTOLINI, Sttilo. Retorno 2. **Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957**, 2. ed. Pato Branco: Artepres, 1997.

Bens, Testamentos, Atas dos trabalhos da Câmara Municipal de Palmas, Relatórios de Balanços de Receita e Despesa da Câmara Municipal de Palmas, Livros de Assentos de Casamentos e Óbitos e Livros de Relatórios e correspondência da Câmara Municipal de Palmas, para compreender a origem e composição das fortunas no Paraná tradicional. *Origem e evolução da população de Palmas - 1840-1849* de Lourdes Stefanello Lago. Esta pesquisa tem como campo de estudo a Demografia Histórica, se concentrando na análise dos nascimentos, casamentos e mortes na povoação de Palmas, na tentativa de compreender aspectos e características desta sociedade através das informações demográficas da região. As fontes utilizadas foram os registros paroquiais, de batismo, casamento e óbito.

Cativeiro e Dependência na Fronteira de Ocupação: Palmas, PR, 1850-1888 defendida por Ana Paula Pruner de Siqueira. Siqueira realiza em sua pesquisa uma análise do cativeiro e suas dinâmicas, além das relações de dependência entre proprietários, trabalhadores livres e libertos durante o processo de desintegração do sistema escravista no Brasil. Para isso a professora utiliza como fontes para tratar dos libertos, as cartas de alforria (1862-1888) e os processos civis (1848-1889), para tratar dos ingênuos é feito um estudo nos processos de tutela (1880-1890) além dos registros de batismo (1871-1888) e com relação aos indígenas é realizada uma análise dos relatórios de Presidentes de Províncias de São Paulo até 1853 e do Paraná até 1889.

São também importantes para a pesquisa as teses: do professor Alessandro Cavassin Alves, com o título de *A província do Paraná (1853-1889) A classe política e a parentela no governo* defendida em 2014. O trabalho utiliza-se da biografia coletiva para compreender a dinâmica do poder político na Província do Paraná a partir dos indivíduos que ocuparam os cargos de Deputado Provincial, Deputado Geral e senador. Para realização da pesquisa do professor Alves, foram utilizadas como fonte a lista de votantes qualificados da província do Paraná a partir de 1854, o Jornal Dezenove de Dezembro, os seis volumes da obra *Genealogia Paranaense* de Francisco Negrão, a legislação eleitoral do período além de leis e decretos da província do Paraná.

E do professor Luís Augusto Ebling Farinatti. O título dela é *Cofins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)* de 2007. Seu objetivo é compreender a lógica social e as estratégias da elite agrária da Fronteira meridional do Império do Brasil, delimitando-se principalmente o município de Alegrete no Rio Grande do Sul. Foram utilizados como fontes os inventários post mortem, relatos de viajantes e documentos administrativos.

Dentre as fontes encontradas para o desenvolvimento da pesquisa, citamos: o livro *Guarapuava*, que se encontra disponível na Biblioteca Nacional Digital. O livro *Guarapuava* é de 1928, os organizadores do livro foram Leocadio Correia e Mario F. Olivero. Esta obra aborda a região de Guarapuava sua história e a biografia de membros importantes daquela localidade, ou seja, sua elite política e econômica³. Deste livro usamos principalmente as informações genealógicas de diversos membros da elite de Guarapuava e de Palmas, não contendo nele o Capitão Francisco Antônio de Araújo, mas contém informações de sujeitos como Pedro de Siqueira Cortês que provavelmente era muito próximo a ele, como será exposto posteriormente. O Jornal *O Dezenove de Dezembro*, que teve sua primeira edição em 1854 após a emancipação política do estado do Paraná e funcionou até 1890. Sua criação foi incentivada pelo então presidente de província Zacarias de Góes e teve como fundador Cândido Martins Lopes, membro do partido Liberal. O jornal era responsável pelas publicações oficiais do governo provincial e focava principalmente, nas informações políticas tanto do governo provincial quanto Imperial⁴. Do jornal foram extraídas informações referentes a nomeações e eleições de sujeitos a cargos políticos e da administração pública, tanto locais como provinciais. Também utilizamos a transcrição das informações do inventário *post-mortem* de Francisco Antônio de Araújo fornecido pela professora Ana Paula Pruner de Siqueira. O inventário é um documento oficial produzido no contexto da morte de uma pessoa, possuindo diversas informações sobre os bens do sujeito, seu estado civil, quais são seus filhos e o estado civil deles (se casados e com quem são casados), o local e ano de nascimento do inventariado, quem são seus pais, se possui dívidas ou se tem dívidas a receber e quais são esses os indivíduos envolvidos (devedor ou credor) (FURTADO, 2012, p.93).

O livro *História do Paraná* escrito por Romário Martins publicado pela editora Guaíra em 1937, foi utilizado como fonte bibliográfica para colher informações dos sujeitos que lideraram expedições para o descobrimento e posteriormente conquista dos Campos de Palmas e Guarapuava. Outro livro utilizado com o objetivo de obter informações genealógicas da elite de Guarapuava e Palmas (principalmente) foi o Livro de Francisco Negrão *Genealogia Paranaense*.

No fórum da comarca de Palmas foi possível identificar os inventários de alguns sujeitos, como José Ferreira dos Santos, o organizador de uma das sociedades de conquista

³ Hemeroteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/721123/1>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

⁴ PEZZOLE, Dino Ricardo. **Jornal "Dezenove de Dezembro"**. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Design, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2006. p. 28.

dos Campos de Palmas e de Francisca Ferreira de Jesus, filha do Capitão Francisco Antonio de Araujo, um dos membros da sociedade de Pedro de Siqueira Côrtes na conquista dos Campos de Palmas. Francisca foi casada com Jesuino de Siqueira Côrtes, filho de Pedro de Siqueira Côrtes.

Este trabalho monográfico está estruturado em dois capítulos. No primeiro capítulo do trabalho realizamos uma revisão historiográfica sobre os campos de Palmas, abordando a questão de limites entre as províncias brasileiras de São Paulo com Santa Catarina e posteriormente do Paraná com Santa Catarina, além da disputa internacional sobre região de Palmas conhecida como “Questão de Palmas” envolvendo Brasil e Argentina. Além desta revisão historiográfica sobre Palmas, abordamos no primeiro capítulo os problemas com relação à posse da terra, resultantes do fim do regime de sesmarias, além dos conflitos envolvendo esta questão na conquista dos campos de Palmas. Por fim analisamos a sociedade de posse nos Campos de Palmas com o objetivo de compreender como os mecanismos de apropriação da terra delinearam a construção e formação da elite de Palmas. Também realizamos uma discussão sobre a possibilidade de construção de uma História Social das elites.

No segundo capítulo analisamos a elite local dentro do seu contexto social através da figura de Francisco Antônio de Araújo, com a intenção de compreender o papel dos cargos públicos, da guarda nacional, as relações de parentesco e disputas políticas e as estratégias utilizadas com o fim de manutenção do poder político e econômico da região, tentando entender como esses mecanismos da elite local se reproduzem na figura de Francisco Antônio de Araújo.

CAPÍTULO I

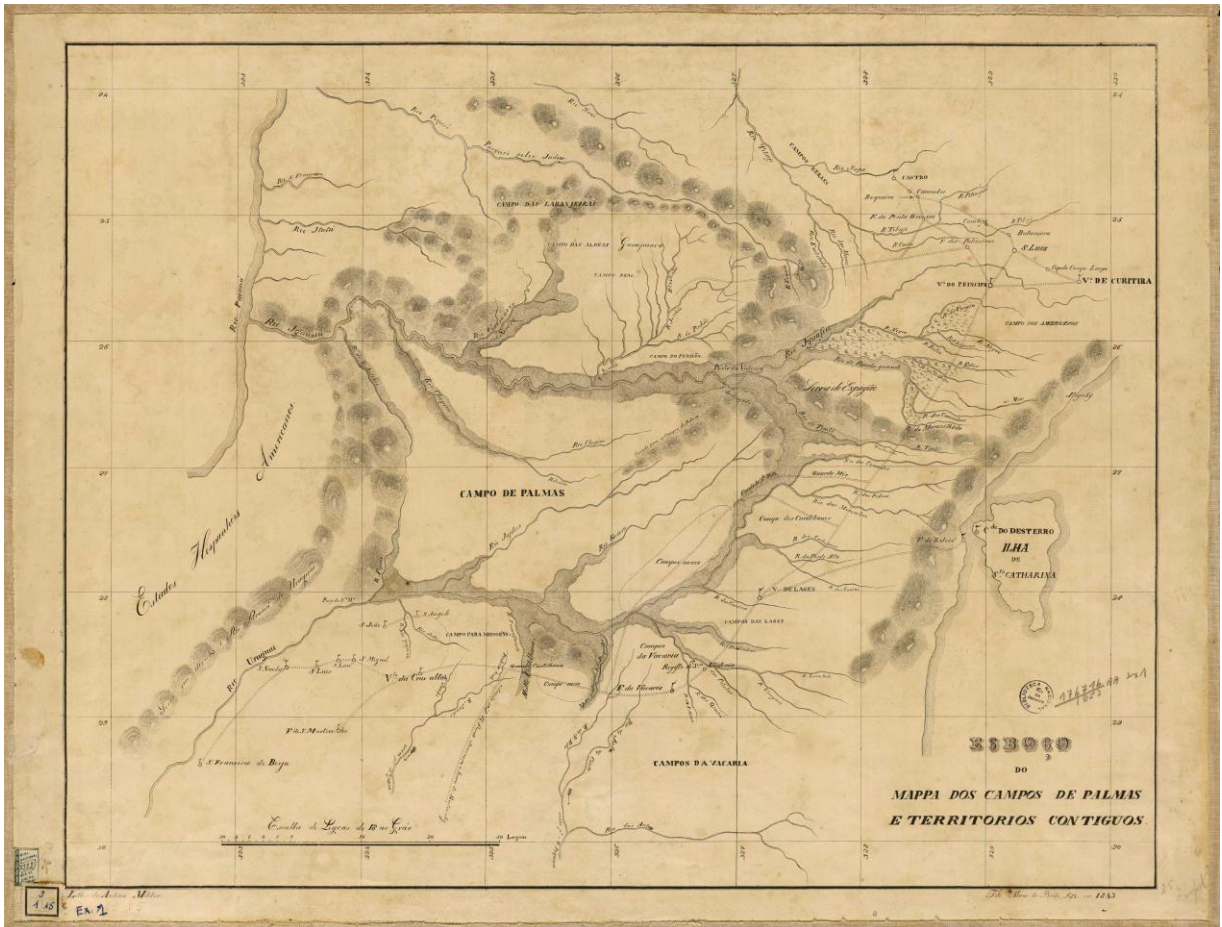
2. UMA FRONTEIRA POR DEFINIR

2.1. Campos de Palmas

Neste primeiro momento discutimos o contexto sobre a definição das fronteiras dos campos de Palmas entre a província de São Paulo e de Santa Catarina, que posteriormente a disputa será herdada pela nova província do Paraná. Pretende-se também compreender as disputas entre o Brasil e a Argentina pela posse do território.

Os campos de Palmas ficam localizados no sul do Brasil, onde é atualmente o sudoeste paranaense e oeste catarinense, uma região com aproximadamente 40.000 km² de extensão. Nesse espaço durante os primeiros anos de ocupação, entre 1839 e 1840 foram estabelecidas 42 fazendas de criação, essas que juntas em 1850 possuíam um rebanho de 36.000 cabeças de gado (MENDES, 1989, p.103). Estes campos ficaram marcados por disputas sobre a posse deste território, percorrendo o período colonial, imperial e republicano. Na época colonial foi objeto de disputa entre portugueses e espanhóis que em razão disso firmaram vários acordos de delimitação do território com o objetivo de definir as fronteiras entre as possessões espanholas e portuguesas (HEINSFELD, 2007, p.11). Abaixo, a localização dos Campos de Palmas em 1842:

Mapa 1 – Mapa dos campos de Palmas



BRITO, Tito Alves de. **Esboço do mapa dos Campos de Palmas e territórios contíguos**. Rio de Janeiro, RJ: Lith. do Archivo militar, 1843. 1 mapa, 46,5 x 57,5cm em f. 48,7 x 64. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart176716/cart176716.html>. Acesso em: 4 mai.2018.

No início do século XIX, com o processo de independência das colônias de Portugal e Espanha na América do Sul, as novas nações que surgiram se tornaram herdeiras das possessões territoriais de suas respectivas metrópoles causando preocupações com a definição das fronteiras, pois ali poderia desencadear diversos conflitos (HEINSFELD, 2007, p.11).

O marco inicial do problema que ocasionou a indefinição das fronteiras que separavam o Brasil da Argentina está relacionado aos tratados assinados por Portugal e Espanha no século XVIII, o Tratado de Madrid (1750) e o de Santo Idelfonso (1777), que segundo Mendes:

Quando desses tratados, em 1750 e 1777, não foram realizadas as demarcações “in loco” dos limites entre as terras do Brasil e das possessões espanholas, fato que acaba dando margens às usurpações e invasões gerando desentendimento posterior entre os limites do Brasil e da Argentina. (1989. p.65).

Assim, os campos de Palmas no período que se detém a pesquisa (1839-1889) são uma região de indefinição de limites territoriais entre Brasil e Argentina, que terá como auge da disputa de sua posse o final do século XIX sendo resolvida somente após a mediação internacional do presidente dos Estados Unidos Grover Cleveland, dando ganho de causa para o Brasil (HEINSFELD, 2007, p.145).

Pesou a favor do Brasil na decisão do Presidente dos Estados Unidos, o argumento apresentado pelo Barão do Rio Branco:

O "utis possidetis" do território contestado por parte do Brasil. Pelo censo de 1890, habitavam a região contestada 5.793 habitantes, dos quais 5.763 eram brasileiros e 30 estrangeiros. Entre eles, não era registrado nenhum cidadão argentino. O "utis possidetis" brasileiro, provinha indubitavelmente da expansão da frente pastoril iniciada pelos pioneiros dos Campos de Palmas, que expandiram-se para oeste, e leste para o Campo-Eré e Campos de São João. Ocuparam para o Brasil uma extensa área de campos onde desenvolveram o criatório. Por outro lado, os correntinos penetraram na região ao sul do contestado, pelo vale do Uruguai. Seu objetivo era a exploração do mate. Entretanto, os argentinos ali não se estabeleceram definitivamente. Suas penetrações eram predatórias, seus estabelecimentos temporários. Enquanto perdurava a exploração do mate, ali permaneciam. Cessada a atividade, o núcleo populacional era abandonado e deslocado para outro ponto mais favorável. A fixação dos brasileiros era de caráter permanente enquanto a dos argentinos circunstancial (WACHOWICZ, 1979 *apud* MENDES, 1989. p.216-217).

Outro problema é a questão de limite entre as províncias de São Paulo e Santa Catarina, que posteriormente fora herdado pela Província do Paraná após sua emancipação da Província de São Paulo:

Inicialmente, a questão de limites era objeto de disputa entre a Província de São Paulo e a de Santa Catarina. O argumento básico de Santa Catarina estava fundamentado no Alvará de 1749. Tanto é verdade essa disputa que, em 1766, o governo de São Paulo ordenou ao bandeirante Antonio Correa Pinto que estabelecesse os limites de São Paulo, ao sul. Esses limites, seriam os rios Canoas, a leste, e o rio Uruguai ao Sul. Seguindo a ordem, Antonio Corrêa Pinto, fundou em 1776, a Vila de Nossa Senhora dos Prazeres, de Lages (MENDES, 1989. p.73-74).

A disputa que se desenrolou entre Santa Catarina e Paraná sobre a posse do que ficou conhecido como "Território do Contestado", vai se alongar da segunda metade do século XIX e será resolvida somente em 20 de outubro de 1916, após sucessivas perdas em instâncias

jurídicas do estado do Paraná com a assinatura de um acordo de divisão do território pelas duas partes (MACHADO, 2004).

Portanto, compreende-se que os campos de Palmas foram um território de disputas que se estendiam desde o período colonial entre Portugal e Espanha. Após os processos de independência na América o Brasil e a Argentina herdaram essa disputa. Ocorreram também divergências internas no Brasil, entre diferentes províncias e estados durante o Império e a República pela posse da região. Os campos de Palmas eram um local estratégico e de fronteira importante, e no próximo tópico será discutido o modo em que se deu a apropriação dessas terras por fazendeiros vindos de outras regiões do Paraná.

2.2. A posse da terra

Busca-se neste tópico compreender as mudanças de legislação referentes a aquisição de terras no Brasil, e o modo como ocorreu o processo de apropriação dos campos de Palmas.

O sistema de sesmaria foi o ordenamento jurídico vigente durante o período colonial no Brasil com relação à apropriação territorial. Esse sistema já vigorava em Portugal desde o século XIV e tinha como objetivo acabar com as terras improdutivas, obrigando aqueles que possuíssem sesmarias a cultivar a terra ou arrendar, podendo ter de devolvê-las para a Coroa caso o sujeito que as detinha não cumprisse com suas obrigações (SILVA, 2008, p.41).

Durante o século XVIII, impulsionado pelo ciclo do ouro e pela consolidação do mercado interno, o Brasil passou por grandes transformações. Uma delas foi seu crescimento populacional, ocasionando em um grande aumento da emigração de Portugal para o Brasil, além de a colônia passar a ter uma maior importância econômica para a metrópole e ter os extremos de seu território melhor integrado (SILVA, 2008, p.63).

Uma das consequências deste processo de crescimento do Brasil nesse contexto de consolidação do mercado interno foi o desenvolvimento de uma economia interna, principalmente de alimentos e de transporte, ou seja, aumentando principalmente as áreas de criação de gado, cavalos e mulas para atender a demanda por esses produtos tanto na exploração do ouro como em outros circuitos mercantis. Neste contexto:

A conquista, ocupação e povoamento dos Campos de Palmas foi resultado da necessidade de expansão do criatório, articulada pela sociedade guarapuavana que, por sua vez, foi uma extensão da sociedade campeira tradicional dos Campos Gerais de Curitiba e Castro. (MENDES, 1989. p.5)

A apropriação dos campos de Palmas não ocorreu através da concessão de sesmarias, pois com a independência do Brasil tal regime de concessão de terras havia sido extinto, ficando o Brasil sem nenhuma legislação para tratar a respeito da questão da terra. Com isso, em 1839, quando se cumpre tal objetivo de conquista dos Campos de Palmas o que irá prevalecer será a posse das terras, conforme Mendes:

Após a suspensão do sistema de sesmarias as terras passaram a ser adquiridas através das posses ou ocupação, originando, também, latifúndios iguais e até maiores que os formados pelo sistema de sesmarias. (MENDES, 1989, p.147-148).

Conforme exposto anteriormente no trabalho, o processo de apropriação das terras dos campos de Palmas foi o resultado da necessidade de expansão das áreas de criação de gado, cavalo e mulas, que foi efetivado através da posse. Com relação a isso, segundo Silva (2008, p.67) “A posse foi uma forma de apropriação particularmente importante na região da pecuária [...]”, que mesmo durante o período colonial em que o regime de sesmaria ainda estava em vigor, ambos ocorreram lado a lado. Durante este período os sujeitos que se utilizavam da posse para obter determinado pedaço de terra não se interessavam em solicitar a concessão de sesmaria, pois:

Temiam talvez não poder comprovar serem “homens de posse”, pois a pecuária envolveu colonos de origem mais modesta, tendo em vista não necessitar de grandes investimentos iniciais, como no caso da produção de açúcar. (SILVA, 2007. p. 66).

Durante o período colonial houve diversos conflitos com relação a terra, pois os sesmeiros expandiam suas propriedades através da apropriação e expropriação. Além disso, o imperativo de legalização das posses não foi respeitado, pois os posseiros na maioria das vezes não legalizavam sua situação conforme o regime de terras vigente. Deste modo, diversas tentativas foram tomadas por Portugal para resolver a situação que chegava ao ponto de:

O espírito latifundiário que já pervertera a legislação das sesmarias continuou a deturpar o regime das posses. O posseiro, que era, a princípio, o pequeno proprietário, deixou-se também contagiado pela fome de terras. Calçou botas de sete léguas, como qualquer senhor de engenho, e saiu fincando marcos à distância. (RIOS, 1950. p. 67-68 *apud* SILVA, 2007. p.134).

O regime de sesmaria foi uma imposição da metrópole a colônia e não uma solução para resolução de problemas com base na realidade do Brasil, nesse sentido conforme se avançava o desenvolvimento da colônia, mais problemática se tornava a questão da terra, com isso segundo Silva (2008, p.84-85) “[...] se foi gestando internamente outra forma de aquisição de domínio, a posse, que desafiava abertamente a autoridade colonial.”. Portanto:

Desse modo, a suspensão do regime de concessão de sesmarias quase que simultaneamente a declaração de independência não pode ser vista como uma coincidência. As contradições entre o senhorio rural da Colônia e a metrópole em torno da questão da apropriação territorial contribuíram também, significativamente, para a ruptura definitiva dos vínculos coloniais. (SILVA, 2007. p. 85).

Após o processo de Independência do Brasil, a posse apesar de ilegal não preocupava as autoridades legais, prevalecendo sobre as sesmarias as quais o Estado havia suspenso suas concessões. Em razão disso entre 1822 e 1850 a posse se tornou o meio de aquisição e domínio sobre as terras, sendo esse período reconhecido como “fase áurea do posseiro” (SILVA, 2008, p.90).

Tendo em vista este “hiato legal” com relação à legislação das terras, os sujeitos que formaram duas sociedades para “conquista” dos campos de Palmas e chegaram até o local, não tinham apenas como objetivo a expansão da área de pecuária, mas também consolidar o domínio da área por paranaenses, em razão da intenção da emancipação política do Paraná da Província de São Paulo, pois:

Eram eles conhecedores de que o governo da Província de São Paulo havia criado pela Lei de 16 de março de 1837 da Assembleia Provincial, uma Companhia de Municipais Permanentes. (NEGRÃO, 1937:135), com objetivo de realizar a ocupação dos Campos de Palmas. Essa Companhia de Municipais Permanentes fora criada pelo governo da Província de São Paulo, para atender objetivos geopolíticos, em função das pretensões argentinas na região, e, para auxiliar a ocupação da região por brasileiros. (MENDES, 1989. p.102).

Portanto, o processo de apropriação dos campos de Palmas, efetuado por duas sociedades de posse saindo de Guarapuava, tem três características centrais relacionadas, como a questão legal, que devido a falta de legislação com relação à terra, possibilitou a ocupação dos campos por meio da posse, prática como mencionada, comum a realidade imperial e particularmente, presente nas áreas de pecuária. A segunda característica é a questão econômica, que devido à falta de terras em Guarapuava para expansão as áreas de criação necessitavam da conquista de novos locais para a criação de gado, cavalos e mulas

para vender principalmente em Sorocaba no interior de São Paulo, significando a expansão da fronteira agrícola. A terceira característica é a questão política, em razão do desejo de emancipação do Paraná da Província de São Paulo e o estabelecimento na região dos Campos de Palmas por paranaenses ao invés de paulistas, demarcaria o domínio e posse política. Associadas às três questões principais acabaram incentivando a posse/ocupação dos campos de Palmas.

Os estudos que tratam especificamente sobre os Campos de Palmas durante o século XIX, não aprofundam sua análise sobre as sociedades de posse que se estabelecem na região. Em razão disso se pretende nos próximos tópicos, avançamos sobre o assunto e compreendemos como se relacionam esses indivíduos que compõem essas sociedades, seus aspectos, ligações entre si e disputas. A partir deste estudo é plausível se compreender o processo de apropriação e formação da elite de Palmas. No tópico a seguir será tratado especificamente sobre o modo como se formaram as duas sociedades de posse, e quais eram seus integrantes.

2.3. As sociedades de posse de Pedro de Siqueira Côrtes e José Ferreira dos Santos

Com relação ao livro de Romário Martins *História do Paraná* e sua utilização como fonte para compreender o processo de apropriação das terras dos campos de Palmas, é necessário fazer algumas considerações a respeito da visão do autor com relação a esse processo. Martins reproduz uma imagem das sociedades de Pedro de Siqueira Côrtes e José Ferreira dos Santos, como duas bandeiras de povoação e seus integrantes bandeirantes. Não é à toa que o título do capítulo VII do livro é *Bandeiras e Bandeirantes*, capítulo que contém a divisão entre Bandeiras Quinhentistas, Bandeiras Seiscentistas, Bandeiras Setecentistas e Bandeiras Povoadoras (e nesse capítulo ele discute o processo de apropriação de Palmas). No início do século XX se constitui um discurso positivo a respeito dos bandeirantes, como sujeitos que desbravaram os sertões do Brasil promovendo a civilização e lutando contra tribos indígenas consideradas “bárbaras” (SOUZA, 2007, p.152-153). Na construção desta imagem bandeirante conforme Souza:

[...] surgem dois fatores determinantes na construção da mitologia bandeirante: a associação entre esse e o paulista, o que o transforma no símbolo da paulistanidade e a ênfase de que o bandeirante seria o construtor da nacionalidade a partir da expansão territorial por ele promovida. A mitologia bandeirante define o paulista, portanto, como o agente de construção da nacionalidade, e o bandeirante como o seu protótipo histórico,

cuja herança atávica deve a qualquer custo sobreviver aos riscos da contemporaneidade. (SOUZA, 2007. p. 155)

Neste sentido, Martins ao associar a imagem dos sujeitos que povoaram Palmas aos bandeirantes, sendo esses sujeitos identificados como “Bandeiras Povoadoras”, o mesmo têm a intenção de constituí-los como símbolo de bravura e empreendedorismo dos paranaenses, o que está associado ao fato de Romário Martins ser o idealizador do movimento paranista⁵ surgido nos anos 1920-1930. Neste sentido o autor tenta passar uma imagem da província do Paraná (entre 1853 e 1889) como um local em que as populações indígenas e africanas tiveram pouca ou nenhuma importância para sua História. Isto é perceptível quando o autor manipula os dados do censo de 1872, quanto aos números da população negra e mulata no Paraná, considerando como tais apenas a população escravizada. Martins trás os números da população branca da província do Paraná como 116.162 e a população de pretos e mulatos como 10.560. O problema é que o número da população branca utilizada pelo autor é na verdade o total da população livre, ou seja, o autor não considerou os números de caboclos, pretos e pardos na população livre (MARTINS, 1937, p.305). A soma da população negra, parda, cabocla somada à quantidade de escravos no Paraná com base no censo de 1872 é de 57.024 do total de 126.722 habitantes da província, sendo, portanto 45% da população paranaense. Martins tenta diminuir o número da população negra no Paraná, para tentar construir uma imagem do Paraná como um estado branco. Martins, inclusive, aponta dados da diminuição desta população no estado, apresentando a seguinte justificativa:

Em 14 anos o aumento foi, apenas, de 1560 negros e seus mestiços, o que demonstra pouca proliferação de ambos em sua curta vida nas altitudes elevadas como as nossas, circunstâncias essas motivadas pela pouca resistência dos órgãos respiratórios do mulato. (MARTINS, 1937. p. 313)

Esta tentativa de Martins para explicar o Paraná como estado branco está associada à ideia de progresso, do branqueamento do país através da miscigenação, e eliminação dos traços africanos na sociedade brasileira. Esta ideia também está presente no seguinte trecho:

É verdade que por várias gerações o descendente de negro ainda apresenta vestígios de inferioridade sociológica e psicológica, consequência de várias causas: - o ambiente, o gênero da vida, a incultura, etc. Alguns dos nossos dissídios e desorientações correm por conta de proximidades étnicas com a

⁵ O Movimento Paranista teve como papel central a construção de uma identidade regional para o Estado do Paraná. O movimento contou com participação de intelectuais, artistas e literatos que cultuaram e divulgaram a história e as tradições da terra paranaense. Foi um movimento que não teve a consistência de um manifesto, de uma escola ou de uma estruturação teórica ou acadêmica. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~coorhis/kimvasco/paranismo.html> >. Acesso em: 26 nov. 2017.

estirpe de Can, mas também é inegável que a sua mestiçagem já apresentou no Brasil altos tipos humanos quanto ao fulgor da inteligência e a transcendência da cultura. (MARTINS, 1937. p. 315)

Nos trechos acima é perceptível à ideia de Martins sobre a defesa da mestiçagem e de embranquecimento para o progresso do Brasil. Outra questão defendida pelo autor é a de exaltação de personagens da história paranaense com o intuito de promover o movimento paranista. As disputas entre as sociedades de posse de Pedro de Siqueira Côrtes e José Ferreira dos Santos pela apropriação das terras de Palmas e a resolução destes conflitos, é tratada por Martins como um “acordo entre cavalheiros” que foi resolvido civilizadamente, que este não teve prosseguimento nas primeiras décadas de ocupação de Palmas. Esta narrativa vai estar presente, inclusive, nos trabalhos de Mendes (1989) e Lagos (1987). Esta visão desconsidera a recusa da participação de Pedro de Siqueira Côrtes na sociedade de José Ferreira dos Santos e os conflitos desencadeados no processo de apropriação das terras, que segundo Bandeira, os que ali chegavam:

[...] não respeitavam precedência e lançavam seus animais aonde julgavam próprio, estivesse ou não o lugar ocupado, deixando a decisão do negócio ao arbítrio das armas. (BANDEIRA, 1851. p. 426.)

Estas duas sociedades se constituíram de modos distintos com relação à posição dos seus integrantes em cada uma delas, o que é perceptível nas obrigações assumidas por eles. Antes de discorrer sobre isso, pode se situar quem são os indivíduos que compõe as duas sociedades. A sociedade de José Ferreira dos Santos era formada por 23 sócios, os quais a integravam:

Antonio de Sá Camargo; Candido Cordeiro de Paula; Cândido José dos Santos; Cípriano José da Silva; Francisco Ferreira da Rocha Loures; Jacob Dias de Siqueira; Joaquim Manoel de Oliveira Ribas; José Ferreira dos Santos; José Joaquim de Almeida; José Matias de Freitas; Lucidoro José de Farias; Lúcio Írias de Araújo “Gavião”; Manoel Teixeira de Freitas; Manoel Domingues de Andrade; Manoel Leirias de Almeida; Manoel Mendes de Sampaio; Manoel Narciso Bello; Maria Rita Brandina de Almeida; Pe. Ponciano José de Araujo; Roberto José de Deus; Severo Tristão Rodrigues. (Carta Mensal: Colégio Brasileiro de Genealogia, 2009, p.6).

Além dos nomes citados acima constam na ata de sociedade de José Ferreira dos Santos o nome de mais dois sujeitos, Lucio Dias de Araujo e José Caetano de Oliveira (MENDES, 1989, Anexo VIII). Não ingressaram nessa sociedade sujeitos sem pecúlio, pois era necessário deter uma quantidade razoável de recursos para cumprir com as obrigações impostas pelo acordo (SIQUEIRA, 2010, p.11), como disponibilizar mercenários para auxiliar na defesa ou escravos para trabalho conforme consta no artigo 4º da ata:

Art." 4." Cada Socio prestará nesta Sociedade dois mercenários ou Escravos de trabalho os quais se empregarão o primero na exploração dos Portos do Rio do Iguassu e em o pique na matta para Palmas, segundo na construção de canoas necessarias para a factura da estrada 3º que transportar as criações de seus amos em o lugar em que se destinar sua parada 4º em todo ou mais servisso ordin.º que for a benefício das fazendas de seus amos 5º Commulativamente guarnecerão a nova Povoação fasendo as guardas e deligencias precizas. (MENDES, 1989, Anexo VIII).

A sociedade de Pedro de Siqueira Côrtes contava com os seguintes integrantes:

Domingos Floriano Machado; Domingos de Siqueira Côrtes; Francisco Antonio de Araújo (Capitão da Guarda Nacional); Francisco Inácio de Araújo Pimpão (deputado provincial, Capitão da Guarda Nacional); Francisco de Oliveira; Francisco de Siqueira; Jerônimo Luís Fernandes; João Lustoza de Menezes; Joaquim José de Oliveira; Joaquim José Pedroso; José Antonio de Lima Pacheco; Luiz Alves Carriel; Pedro José Pereira; Pedro Ribeiro de Souza (Capitão da Guarda Nacional); Pedro de Siqueira Côrtes (deputado provincial, Coronel da Guarda Nacional). (Carta Mensal: Colégio Brasileiro de Genealogia, 2009, p.5-6).

As duas expedições não pretendiam apenas lucrar a partir dos recursos que empregaram para o sucesso das expedições, mas também pretendiam serem expedições de povoamento, ou seja, além de se apropriar dos campos de Palmas a intenção é de povoar os campos de Palmas. Mas existe uma diferença no sentido da povoação entre as duas expedições, conforme consta no 2º artigo da *Ata de entendimento assinada entre os pretendentes ao povoamento dos campos de Palmas*, “Com ele (Côrtes) formaremos nossas posses onde melhor a ele convier e Somos obrigados a morar naqueles terrenos” (MENDES, 1989, Anexo VIII). Esta obrigatoriedade não consta na sociedade de José Ferreira dos Santos, pois muitos dos que integraram esta expedição continuaram residindo em Guarapuava e delegando a outros a função de administração das fazendas (filhos ou irmãos). Os integrantes da expedição de Côrtes também ficaram sujeitos a dividir conforme sua vontade, as terras apropriadas. Outra questão que consta no Artigo 5º da *Ata de entendimento assinada entre os pretendentes ao povoamento dos campos de Palmas* (chefiada por Côrtes) é que o documento estabelece para os integrantes da expedição a proibição da venda de suas posses com exceção da venda ao próprio Pedro de Siqueira Côrtes (SIQUEIRA, 2010, p.12). Conforme o Artigo 5º:

5º Assim mais declaramos que depois de divididas nossas propriedades, se algum de nos tiver de vender nossas posses, somos obrigados a vender ao mesmo Côrtes. (MENDES, 1989, Anexo VIII).

Estas diferenças entre as duas sociedades mostram a preocupação da expedição chefiada por Pedro de Siqueira Côrtes em manter os sujeitos que o acompanharam, residindo

no local principalmente com a intenção de defender a povoação dos indígenas que habitavam a região (preocupação que também se encontra na expedição de José Ferreira dos Santos). O temor de ataque dos indígenas se vê presente no próprio modo de construção da Fazenda de Francisco Antônio de Araújo, conforme foto do documento de reconhecimento da fazenda Sant' Ana da Pitanga como patrimônio:

O Solar da Muralha de Pedra

A Fazenda Sant'Ana de Pitanga foi construída no ano de 1851 pelo Capitão Francisco Antônio de Araújo que junto com seus cunhados Pedro de Siqueira Côrtes e José Joaquim de Almeida e outros bravos foram os intrépidos bandeirantes lavradores e descobridores dos Campos de Palmas, que aqui chegavam no ano de 1836 enfrentando toda a sorte de perigos, índios selvagens, feras e o sertão virgem.

O Capitão Francisco Antônio de Araújo era casado com Dna. Ana Ferreira de Jesus. Foi devotado à causa pública. Foi o primeiro a exercer o cargo de Juiz de Paz, quando Palmas era simples Vila e Freguesia, sendo este cargo o de destaque naquela época. Tirou a sua posse e construiu a atual sede da Fazenda Pitanga que até hoje está em mãos da família Araújo, é considerada em seu estilo primitivo pelo atual proprietário Sr. Alípio Pirajá de Araújo, neto do saudoso Capitão Francisco Antônio de Araújo e filho do Cel. Paulo Ferreira de Araújo e de Dna. Emília Pacheco de Araújo de saudosa memória e casado com Dna. Dulce Barros de Araújo que sempre devotou a causa pública, professora normalista aposentada, exerceu por longos anos o magistério em nossa cidade e em Curitiba, tendo exercido durante 20 anos o cargo de Presidente da Legião Brasileira de Assistência, sempre amparando os humildes muitas vezes em suas despesas. A casa da morada da Fazenda Pitanga é um monumento histórico em nosso município, toda construída de pedra com suas colossais paredes de um metro de largura, uma verdadeira fortaleza a fim de enfrentar os índios que naquela época atacavam e queimavam as propriedades.

As adjacências da fazenda é toda cercada por muralhas de pedra, muito comum naquela época e conhecida pelo nome de “taipa” construída pelos escravos. (Documento da legalização da posse da fazenda do Coronel Paulo Ferreira de Araújo *In* NASCIMENTO & FERREIRA, 2009, p.33).

Como pode ser lido no trecho acima no seguinte trecho “A casa da morada da Fazenda Pitanga é um monumento histórico em nosso município, toda construída de pedra com suas colossais paredes de um metro de largura, uma verdadeira fortaleza a fim de enfrentar os índios que naquela época atacavam e queimavam as propriedades.” A preocupação com ataques indígenas não era à toa, pois eles conseguiram até o início do século XIX resistir às diversas tentativas de ocupação dos campos de Guarapuava e Palmas por expedições brasileiras e portuguesas, conseguindo ocupar esses campos apenas “[...] quando as frentes de ocupação penetram intensa e violentamente nos Campos de Guarapuava (Koran-bang-rê) a partir de 1810 e nos campos de Palmas (Krei-bang-rê) em 1839.” (BRIGHENTI, 2012, p.14). Os Kaingangos possuíam diversas unidades políticas-territoriais a qual eram chefiadas por um cacique principal tendo outros caciques como subordinados.

Os caciques das unidades político-territoriais, que por circunstâncias diversas aproximaram-se dos colonizadores, foram contratados pelo governo para auxiliar na defesa das fazendas e vilas que iam sendo criadas no interior do território. (BRIGHENTI, 2012, p.15)

Ou seja, o estabelecimento de um povoado nos campos de Palmas, também decorreu de um processo de negociação com as lideranças indígenas no local e de seu auxílio para o estabelecimento dos povoadores nos campos, apesar das intenções dos fazendeiros serem muito claras segundo Souza:

Os fazendeiros, e autoridades imperiais desejavam essas terras e entendiam que os povos indígenas que nelas viviam deveriam ser integrados as vilas e cidades, ou afugentados, ou aldeados, ou simplesmente escravizados e eliminados. (SOUZA, 2014. p.44)

Sem o estabelecimento de alianças com lideranças indígenas Kaingangs como Vitorino Condá, seriam inviabilizados o estabelecimento de um povoado nos Campos de Palmas e empreendimentos como a abertura da “estrada das missões” ligando Palmas a Cruz Alta no Rio Grande do Sul, em razão do grande número de indígenas no local. Na “estrada das missões”, por exemplo, os indígenas sob a liderança do cacique Condá auxiliaram na construção da obra e no contato com tribos indígenas hostis aos povoadores, com a intenção de garantir a realização da obra (SOUZA, 2014, p.43-61). Apesar dos auxílios fornecidos pelo cacique Condá e do prestígio por ele adquirido junto ao governo da província de São Paulo, em razão de ter resgatado sete crianças brancas capturadas por indígenas da região, Pedro de Siqueira Côrtes que havia assumido a chefia do povoamento de Palmas no ano de 1841, possuía receio de um ataque dos indígenas da região as fazendas ali construídas, por ali estarem, como já dito, em grande número. Em razão disso, Cortês solicita o envio de homens armados de Guarapuava para auxiliar na defesa do povoado, e neste contexto ele ordena a perseguição do grupo sob a liderança de Vitorino Condá, que havia se ausentado do povoado para caçar animais com seu grupo. Côrtes ordenou que seus homens seguissem o grupo de Condá e os executasse. Quando os homens de Côrtes encontraram o grupo de Vitorino Condá, acabaram matando vinte e um indígenas que não demonstraram nenhuma resistência aos homens de Cortês. Devido a este acontecimento, Pedro de Siqueira Côrtes acabou sendo repreendido e destituído do cargo pelo presidente da província de São Paulo (SOUZA, 2014, p.52).

A destituição de Côrtes do cargo de Comandante da Companhia de Permanentes da Polícia de Palmas, ira demonstrar a sua relação com lideranças locais tanto em Guarapuava,

Palmeira e na Vila do Príncipe, pois o mesmo irá abrir um processo acusando o cacique Condá de estar por de trás dos ataques de indígenas a fazendeiros e tropas vindas do Rio Grande do Sul⁶. Nesse processo ele terá apoio do capitão-mor comandante da povoação de Palmeira Domingos Ignácio de Araújo, que irá mandar um ofício com a versão de Cortês ao presidente da província de São Paulo, solicitando o retorno do mesmo ao cargo de comandante. Esta solicitação é negada pelo presidente, mas como a troca de presidentes de província era bastante comum, eles resolveram esperar isso acontecer para solicitar novamente seu retorno ao cargo e autorizar a expulsão de Condá dos Campos de Palmas (SOUZA, 2014, p.50).

No ano de 1844 Côrtes irá instaurar na Vila do Príncipe, junto ao escrivão da vila Francisco Videira de Almeida uma petição de justificação que é encaminhada ao juiz municipal Capitão Antônio Alves de Oliveira. Como a intenção de Côrtes era retornar ao seu cargo de Comandante da Companhia de Permanentes da Polícia de Palmas, para isso era necessário abalar o prestígio de Condá junto ao governo provincial, afirmando conforme mencionado que o mesmo era responsável pelos ataques aos cidadãos luso-brasileiros, além de ser dispensável a expansão dos mesmos na região dos campos de Palmas. Para que isso fosse alcançado era necessário de provas, que foram formuladas a partir dos depoimentos de sujeitos ligados a Côrtes, apontando o envolvimento de Condá em tais ataques. Os depoentes foram os sujeitos: Joaquim Pacheco da Silva Rezende, Clementino dos Santos Pacheco, David dos Santos Pacheco, Antônio dos Santos Pacheco e Manuel José Braga. Além dos depoentes uma súplica enviada com os argumentos de Côrtes sobre Condá foram enviadas para o subdelegado de Guarapuava Antônio de Sá Camargo e ao comandante do presídio do mesmo local Antônio da Rocha Loures (SOUZA, 2014). Esses dois últimos também confirmam a história de Pedro de Siqueira Côrtes e mostram que os desentendimentos no início da ocupação dos Campos de Palmas entre as duas expedições não abalaram as relações entre os sujeitos delas, pois os mesmo eram também aparentados entre si, e Antônio de Sá Camargo além do filho de Antônio da Rocha Loures participaram da expedição de José Ferreira dos Santos. Isto se justifica pelos interesses em comum pelas terras do local e a ameaça representada pelos indígenas as suas posses.

Como indicado anteriormente, no processo movido por Pedro de Siqueira Côrtes contra Vitorino Condá, os sujeitos de ambas as expedições tinham relações entre eles e com a importância da atividade que desenvolviam de criação de gado, mulas e cavalos, eram

⁶ SOUZA, Almir Antonio de. A Invasão das Terras Kaingang nos Campos de Palmas. Op. Cit. p.44.

indivíduos importantes na região e que irão alcançar títulos e cargos públicos importantes na administração da província do Paraná. O grupo de José Ferreira dos Santos, por exemplo, contava com sujeitos como, Antônio de Sá Camargo que recebeu os títulos de barão e visconde de Guarapuava, além de ocupar cargos como coronel comandante da guarda nacional, vereador e deputado provincial⁷. Antônio era um dos chefes do partido liberal de Guarapuava, partido o qual todos os fazendeiros que participaram das expedições de povoamento dos campos de Palmas estavam ligados, além de possuir grande influência na política provincial, conforme Alves:

O quarteto luzia (Liberal) no Paraná foi composto por Dr. Jesunino Marcondes de Oliveira e Sá (1827-1903) e seu primo Antonio de Sá Camargo (Visconde de Guarapuava, 1808-1896), pelo comendador Antonio Alves de Araujo (1833-1888) e por seu irmão Dr. Manoel Alves de Araujo (1836-1908), líderes incontestáveis desse partido político, que tinham ainda o apoio do Dr. José Lourenço de Sá Ribas (1820-1890) da família Sá Ribas, unindo outro importante clã familiar, com raízes específicas em Curitiba.(ALVES, 2014. p.336)

Outro importante sujeito membro da empresa de José Ferreira dos Santos foi o Brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures, filho do Tenente Antônio da Rocha Loures, um dos responsáveis pela fundação de Guarapuava⁸, sendo também, “[...] descendente de Matheus Martins Leme, povoador de Curitiba desde o século XVII”. (ALVES, 2014. p.105).

Outros sujeitos participantes destas expedições alcançaram postos importantes na Guarda Nacional, e cargos de juiz de paz, delegados, vereadores e deputados provinciais. Também são exemplos disso os membros da sociedade de José Ferreira dos Santos, Joaquim Manoel de Oliveira Ribas foi o primeiro delegado de polícia de Palmas, José Ferreira dos Santos foi coronel da Guarda Nacional, José Joaquim de Almeida foi deputado provincial e o Padre Ponciano José de Araújo foi o primeiro capelão de Palmas⁹. E na sociedade de Pedro de Siqueira Cortês, Francisco Antônio de Araújo foi capitão da guarda nacional e juiz de paz de Palmas (ALVES, 2014, p.444) e Pedro de Ribeiro de Souza também foi capitão da guarda nacional¹⁰.

Desta forma percebe-se que a participação destes sujeitos nas expedições chefiadas por Pedro de Siqueira Cortês e José Ferreira dos Santos, foi lucrativa do ponto de vista financeiro e do ponto de vista político. Neste sentido, busca-se compreender ao longo do próximo

⁷Hemeroteca Nacional. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/721123/151> >. Acesso em: 25 nov. 2017.

⁸Hemeroteca Nacional. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/721123/151> >. Acesso em: 25 nov. 2017.

⁹ CARTA MENSAL: **Colégio Brasileiro de Genealogia**. Op. Cit. p. 5.

¹⁰ CARTA MENSAL: **Colégio Brasileiro de Genealogia**. Op. Cit. p. 5.

capítulo, de modo mais objetivo o quanto a apropriação das terras dos campos de Palmas foram importantes para se alcançar os títulos nobiliárquicos, patentes na guarda nacional, cargos eletivos e da administração provincial e local, e as redes familiares e partidárias para a defesa de interesses pessoais e econômicos.

2.4. História social das elites.

A história social surge com o início da historiografia romântica no século XIX. Neste período os conceitos de aristocracia e burguesia são tidos apenas como etiquetas políticas mais do que conceitos de análise das realidades sociais. Até o início do século XX, a predominância de historiadores da época moderna e medieval interrompeu o desenvolvimento de uma história social contemporânea. As pesquisas na área de história social eram realizadas muitas vezes por não historiadores (como primeiros “sociólogos” jornalistas e ativistas), dando ênfase e “heroicizando” à história das classes operárias e dos movimentos da classe trabalhadora (CHARLE, 2006, p.19-20). No debate historiográfico a respeito do que se entende por elites, de acordo com Heinz, não há consenso, pois o termo elite não tem uma precisão conceitual tornando-se uma vasta zona de investigação científica e:

[...] de um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, que faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o “topo” de estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos. (HEINZ, 2006, p.7).

Com o movimento dos *Annales* e com os trabalhos de François Simiand¹¹ a história social foi incorporada a econômica, e entre 1930-1960 houve a interpretação dos movimentos de greve e de manifestações fundados na razão e não mais no caráter heroico antes dado aos movimentos sociais. A partir dos anos 1970 ocorre a crise do marxismo e da análise quantitativa e estrutural dos *Annales*, acarretando na dissociação entre história econômica e social. A história social passa a tratar de maneira segmentada grupos socioprofissionais ou de “elites” como médicos, professores, operários, oficiais etc. Como consequência disso, acabou-se restringindo a pesquisa da história a campos mais limitados, com isso historiador acabou perdendo seu quadro de referência e a sofrer cada vez mais influência das ciências sociais vizinhas como a Etnologia e Sociologia. Isto acabou gerando uma crise na história social francesa, que se divide em três pontos. Uma crise de vocação: A função da história social será

¹¹ SIMIAND, François. **Método Histórico e Ciência Social**. Tradução de José Leonardo do Nascimento. Bauru/SP: Edusc, 2003, 118p.

somente de abastecer com suas pesquisas o campo das demais ciências sociais? Uma crise de objeto: Que ocorre em razão pulverização de pontos de vistas, se tornando apenas uma coleção de visões parciais, que ocorre em detrimento da falta de consenso sobre os princípios de recorte da realidade histórica. E por fim uma crise de temporalidade: Devido à redução do campo de análise do tempo histórico, que passa a ser puramente biográfico excluindo o tempo coletivo da história social francesa clássica (CHARLE, 2006, p.21).

Durante os anos 1960 após uma polêmica entre Richet e Vovelle a respeito da Revolução Francesa (CHARLE, 2006, p.21), o conceito de elite substitui o de classe tendo seu significado aproximando do sentido fornecido por Pareto, que de acordo com Bobbio denominou de elite:

[...] os indivíduos que estão inseridos na parte superior da organização social. Sendo estes, os detentores da riqueza e do poder, formam o que se pode chamar de Elite política ou aristocracia (BOBBIO, 1998. p.386).

E que essa elite:

[...] se divide entre diferentes classes que se opõem dentro delas, como a política, que estão inseridos dois tipos de políticos, aqueles que se utilizam da força e os que se utilizam da astúcia, as econômicas, que fazem parte os banqueiros e especuladores e a intelectual da qual fazem parte os homens da ciência e os de fé (BOBBIO, 1998. p.386).

Durante os anos 1970 ocorreu uma investida das elites, em que se destacam os trabalhos de Adeline Daumar em *La bourgeoisie parisienne (1815-1848)*. Seu trabalho ira seguir os princípios de Labrousse de espaço geográfico limitado (Paris), período histórico longo, quantitativismo, fontes seriais, recortes em estratos hierarquizados e codificações socioprofissionais rigorosas. Já André Jean-Tudesq em sua pesquisa *Les grands notables en France (1840-1849)*, que é também da escola Labrousse, mas que em seu trabalho ira conter uma série de rupturas, como delimitar um período histórico curto, o espaço é nacional e não local ou regional, as fontes são na maior parte prosopográficas (priorizando as fontes seriais), ele substitui o anônimo pelo nominativo, também enfatizando as representações e a psicologia social (CHARLE, 2006, p.23). Alguns problemas da sua tese é que ele tenta analisar todos os tipos de elite em toda a França, além do seu trabalho na sua maior parte se concentrar na história política. Outra questão é que em seu texto ainda é a fonte que comanda os pontos de vista e as questões formuladas além de não utilizar o cruzamento de dados, nem fazer uma análise mais exaustiva dos aspectos sociais da população selecionada (pois seleciona milhares de indivíduos).

A segunda geração da escola Labrousse abandonou a problemática política e opta por um recorte sociológico, utilizando-se da problemática sociológica da reprodução. As pesquisas são realizadas principalmente sobre a vinculação das elites ao corpo administrativo do estado ou de uma grande escola contendo trabalhos sobre a elite intelectual principalmente sendo percebida como uma corporação ao invés da visão idealista e individualista tradicional (CHARLE, 2006, p.29).

Os estudos que se desenvolveram sobre a elite intelectual e sobre as profissões jurídicas, contribuíram para a compreensão da mobilidade social. Este tipo de pesquisa não leva em consideração ao realizar o recorte o nível de fortuna, a posição geográfica ou o status dos indivíduos. Os recortes são nestes estudos puramente formais como um título acadêmico ou uma função no estado. Ao invés de continuar a tentar como Labrousse, a realizar uma pesquisa com grandes amostras, como tentar realizar uma pesquisa sobre todos os tipos de elite de um país. Invés disso é preferível à multiplicidade de pequenas amostras, saturadas de informação e se possível comparável com aquelas de outros pesquisadores, ou seja, selecionar um grupo social, realizando o recorte por cargo político, profissão ou atividade econômica, seja este grupo nacional ou de uma determinada localidade (CHARLE, 2006, p.29-31). O que demonstra a importância da compreensão das elites locais ou municipais, pois a localidade, segundo Charles “[...] se torna um revelador das estruturas sociais concretas” (CHARLE, 2006, p.31).

Com a contribuição dos novos métodos de pesquisa como a prosopografia, se tornou possível compreender melhor o que divide as elites, as raízes das posições políticas ou ideológicas entre alas ou frações da classe dominante além de possibilitar a reconstrução do jogo da antiguidade social, das redes familiares, que não se reduzem a determinismos puramente econômicos (CHARLE, 2006, p.32). As biografias sociais permitem compreender as estratégias familiares utilizadas das elites e da burguesia, de ascensão, de estagnação ou de reconversão.

Portanto, o estudo das elites hoje, se propõe a analisar determinado grupo social no sentido de compreender a complexa rede de relações daqueles indivíduos que estão na parte de cima da hierarquia social com o conjunto ou demais setores da sociedade¹². Os estudos sobre as elites também obtiveram êxito em compreender a dinâmica social contemporânea da democracia, mesmo que por outro lado não foi bem sucedida em compreender as articulações entre o individual e o social, tendo neste caso, a história cultural mais êxito em suas pesquisas

¹² HEINZ, Flávio Madureira. O historiador e as elites - à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio Madureira. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.9.

(CHARLE, 2006, p.32). Neste sentido, será analisada no tópico a seguir a criação da Província do Paraná e a formação de sua elite política.

2.5. A Província do Paraná: Apontamentos da formação da elite política paranaense.

A discussão a respeito da criação da Província do Paraná se deve principalmente ao contexto o qual o Império brasileiro estava em 1842 e 1843, ano em que se inicia na Assembleia Geral do império a tramitação do projeto de criação da nova província. Em 1842 ocorre em São Paulo e Minas Gerais a *Revolta Liberal*, que eclodira devido ao descontentamento das elites províncias com as novas leis aprovadas, como a recriação do conselho de estado e a reforma do código de processo.

Essas reformas diminuíram o poder das elites locais principalmente a reforma do código de processo, que eliminou quase todas as funções judiciais do juiz de paz, inclusive obrigando quem ocupasse o cargo a possuir conhecimento em leis. Além disso, se cria os cargos de chefe de polícia e delegados, todos nomeados pelo Ministério da Justiça, enfraquecendo o controle do aparato repressivo do estado pelas elites locais. Os descontentamentos com a aprovação dessas leis de caráter centralizador, somada à medida que dissolveu a Câmara em 1842, foram o estopim dos conflitos armados em Minas e São Paulo (HÖRNER, 2010, p.282). Ao mesmo tempo em que está em curso a *Revolta Liberal* em São Paulo, na região Sul do Império ainda está em andamento na província do Rio Grande do Sul a *Revolução Farroupilha*¹³, movimento iniciado durante o período regencial motivado pela busca da elite local em garantir representação política e econômica no governo geral (SCHIMITT, 2016, p.15-16). A comarca de Curitiba é localizada entre São Paulo e o Rio Grande do Sul, duas áreas em conflito com o governo central, ambas ligadas ao partido liberal e com influencia em Curitiba, tanto política quanto econômica devido ao tropeirismo. É neste contexto que João da Silva Machado (futuro Barão de Antonina) costurou um acordo entre os liberais de Curitiba e os delegados do governo geral com a intenção de em troca de Curitiba não aderir aos movimentos revoltosos tanto do Rio Grande do Sul quanto de São Paulo e Minas Gerais, seria atendido o desejo da elite curitibana de elevar à comarca a condição de província (GREGÓRIO, 2012, p.278-279).

¹³ Acerca da guerra dos farrapos indicamos o texto: Guazzelli, Cesar. Libertos, gaúchos, peões livres e a guerra dos farrapos. In: Dantas, Mônica. (org). **Revoltas, Motins, Revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011, p.229-261.

João da Silva Machado em acordo com o Barão de Monte Alegre, então presidente da Província de São Paulo, concorda com a proposta da elevação da cidade de Curitiba a capital de província e a proposta é levada ao governo imperial. A proposta de criação da nova província do Império é sustentada a partir dos argumentos de que a comarca já possuía habitantes suficientes, poderia se manter economicamente e a distância da capital São Paulo dificultava o atendimento das necessidades da população de Curitiba. Esses pontos como justificativa era um modo de conseguir que a ideia fosse pautada na Assembleia Geral e aprovada, já que a criação de novas províncias durante o Império era função do poder legislativo (GREGÓRIO, 2012, p.280). João da Silva Machado também ira reivindicar junto às autoridades gerais o título de Barão e a presidência da província do Paraná, sendo atendido o primeiro, mas não o segundo, no entanto de João da Silva Machado foi escolhido pelo imperador para senador, representando a nova província (ALVES, 2014, p.35).

A elevação à província ocorreu somente em 1853, após 10 anos do início das discussões na Assembleia geral em 1843. Isso se deve a forte oposição dos deputados paulistas que sentiam estar sendo com o projeto, penalizados devido à revolta liberal de 1842 (GREGÓRIO, 2012, p.278). A perda da comarca de Curitiba representava abrir mão dos rendimentos provenientes do lucrativo negócio da erva-mate e de parte dos impostos sobre o comércio de tropas que vinham do Rio Grande do Sul, pois na fronteira da comarca de Curitiba com a província de Santa Catarina, eram cobradas parte das taxas sobre a passagem das tropas (GREGÓRIO, 2012, p.293). Mas com relação a esta questão, uma pergunta a ser respondida é o que representava para a elite da comarca de Curitiba ser elevada a categoria de província e quais as vantagens dessa decisão para estes sujeitos?

Parte da resposta a esta questão está relacionada às atividades econômicas da região de Curitiba, que no início do século XIX estava voltada a criação de gado e ao tropeirismo, principalmente através das invernadas ofertadas nas fazendas dos campos gerais para servir de local de descanso e engorda das tropas vindas do Rio Grande do Sul. E ainda neste período após 1820, em razão da exportação de erva-mate da região, pois o Paraguai estava proibido de exportar sua produção devido a uma crise diplomática enfrentada pelo país, os ervais da região da comarca de Curitiba passam a ser explorados e a erva-mate passa a ser uma importante fonte de riqueza da região (GREGÓRIO, 2012, p.288-290).

As diferenças das atividades econômicas da comarca de Curitiba para o restante da província de São Paulo se torna um dos argumentos pela emancipação já que neste período, São Paulo se volta cada vez mais a importante atividade cafeicultura e os sujeitos responsáveis por ela também ganham em importância política. Pode-se ver, portanto, que

além de uma distância geográfica entre a cidade de São Paulo e Curitiba, o que existia também era uma distância nos interesses e necessidades. Mas o ponto principal para a defesa da elite da comarca de Curitiba para sua elevação a província, é o ganho de importância política, tanto local quanto nacional, pois com a criação da nova província seria criada uma assembleia provincial que deveria ser ocupada com vinte deputados, ter direito a um senador e um deputado geral, a criação e o controle por esta elite de uma força policial, o controle do orçamento provincial e das obras realizadas na província. Apesar de existir uma unidade política da elite da comarca de Curitiba em prol da sua elevação a província, essa elite possuía divergências com relação a outras questões sobre seu futuro pós-emancipação (GREGÓRIO, 2012, p.336-337). As elites de Curitiba e de Paranaguá discordavam, por exemplo, sobre qual deveria ser a localização da capital da nova província. Isso estará presente na votação em 1854, quando da escolha da capital pela Assembleia Legislativa provincial, e Manoel Antônio Guimarães do partido conservador de Paranaguá foi um dos três deputados a votar contra o estabelecimento da capital em Curitiba fazendo questão de deixar registrada sua posição (ALVES, 2014, p.62-63).

O que une os interesses divergentes das elites de Curitiba e Paranaguá é que com a criação da nova província, se fortalecem as elites econômicas locais nos espaços de representação política, algo que seria mais difícil de alcançar continuando a comarca a fazer parte da província de São Paulo. Se emancipar de São Paulo então significava controlar mais diretamente os rumos políticos e econômicos locais, atendendo melhor os interesses das elites tanto do planalto como do litoral.

Os sujeitos que ocuparam os cargos políticos na província do Paraná de 1853-1889, já faziam parte de uma elite econômica local no período imperial ou são sujeitos que foram se estabelecer na região:

[...] como militares, tropeiros, comerciantes, funcionários públicos, advogados, engenheiros, médicos, jornalistas, portanto já com um determinado grau de escolaridade ou de status social, contraindo casamento com moças dessas famílias tradicionais. (ALVES, 2015. p.253)

Dos 188 deputados provinciais do período imperial apenas seis não tinham vínculos de parentesco com as famílias tradicionais do Paraná (ALVES, 2014, p.62-63). A Assembleia Legislativa era uma instituição política, a qual seus membros eram aparentados entre si e formados por um grupo restrito de indivíduos pertencente a determinados clãs familiares ou de sujeitos que se ligam a eles por matrimônio. O coronel Francisco Antônio de Araújo estará ligado a um destes clãs familiares e eleitorais que dominaram a política paranaense durante o

período provincial. A ligação de Francisco Antônio de Araújo é com o clã Oliveira Sá, Camargo e Alves de Araújo cujos chefes desse grupo eram:

[...] Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, do planalto curitibano, e seus cunhados do litoral paranaense, Dr. Manoel Alves de Araujo e o comendador Antonio Alves de Araujo. E Antonio de Sá Camargo (Visconde de Guarapuava) e seu irmão Padre Camargo, primos do Dr. Jesuino Marcondes. Padre Camargo, como deputado provincial, era tido como líder na Câmara dos Conservadores.(ALVES, 2015. p.263)

Esse grupo defendia principalmente os interesses dos criadores de gado, mulas e dos tropeiros. Grupo econômico o qual pertencia Francisco Antônio de Araújo. Mas algumas questões sobre ele precisam ser levantadas: O que liga Francisco Antônio de Araújo a esse clã político? Qual o seu papel no interior deste grupo político e familiar enquanto elite local em Palmas? Esses questionamentos nos auxiliam no decorrer do próximo tópico, para compreendermos como era formada a rede de relações familiares de Francisco Antônio de Araújo.

CAPITULO II

3. CAPITÃO FRANCISCO ANTONIO DE ARAÚJO: FORMAÇÃO E REPRODUÇÃO DA ELITE EM PALMAS NO SÉCULO XIX

3.1. A política entre famílias: A rede de relações familiares do Capitão Francisco Antônio de Araújo.

Neste espaço será discutido sobre as ligações políticas e de parentesco de Francisco Antônio de Araújo, a fim de compreender como foi possível ele ter conseguido integrar a sociedade de posse dos campos de Palmas e conseguido obter os cargos os quais ele ocupou durante o Império.

Francisco Antônio de Araújo nasceu na então freguesia de Palmeira aos 20 de junho de 1820, filho do Tenente Lourenço Justiniano de Araújo e Maria Perpetuo de Siqueira. Os dados sobre a origem familiar do Capitão da guarda nacional Francisco Antônio de Araújo, teve como fonte a obra *Genealogia Paranaense* de Francisco Negrão e os registros de batismo e casamento¹⁴.

O ponto de partida para o entendimento das relações familiares que constituíram no século XIX Francisco Antônio de Araújo como parte da elite dos campos de Palmas é seu bisavô por parte da avó paterna. Seu bisavô era o Tenente do exército português Manoel Rodrigues Seixas, nascido em 1704 em Curitiba e falecendo na mesma cidade em 1785 (NEGRÃO, 2004, p.94). Seu bisavô foi o membro mais antigo da sua família encontrado durante a pesquisa com patente militar, que estará presente em seus descendentes pelo menos até o final do período imperial. Do casamento do Tenente Manoel Rodrigues Seixas e Isabel Martins Valença, (filha de Manoel Valença e Joana Maciel Sampaio) nasceu a avó paterna do Capitão Francisco Antônio de Araújo, Maria Rodrigues Soares Paes, que se casou com Francisco Araújo Monteiro, natural de Santos (Filho de Francisco Araújo Monteiro natural de Ponte de Lima em Portugal e de Isabel Rodrigues Barbosa natural de Santos) (NEGRÃO, 2004, p.95). Deste casamento nasceu o pai de Francisco Antônio de Araújo, Lourenço Justiniano Ayres de Araújo, o qual se casou com Maria Perpetuo de Siqueira Côrtes (filha de Bento de Siqueira Cortês e Anna Maria de Jesus). O que se observou com relação ao casamento do pai e da mãe de Francisco é a relação de amizade e de aliança política entre as famílias Siqueira Côrtes e Araújo, a qual se estende durante todo o século XIX.

¹⁴ Disponível em < <https://www.familysearch.org/>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

Não nos propusemos a fazer uma genealogia, mas entender a partir dos laços sanguíneos as relações que Francisco Antônio de Araújo possui como sujeito da elite local de Palmas, cruzando esses dados com demais fontes utilizadas, como os inventários *post-mortem*, registros de batismo, casamento e jornais do período imperial, tanto da Província de São Paulo como do Paraná. As fontes nos mostraram uma relação parental e de apoio mutuo principalmente para ascender a postos importantes da administração pública local, da guarda nacional e a cargos eletivos na rede de parentesco e de relações políticas das quais, Francisco Antônio de Araújo faz parte. Sua família possui uma ligação muito próxima com a de Pedro de Siqueira Côrtes, chefe da expedição de posse dos campos de Palmas. A ligação através do matrimônio é recorrente entre as duas famílias, a mulher de Francisco Antônio de Araújo é filha da irmã de Pedro de Siqueira Côrtes, Rosa Ferreira Maciel¹⁵. Além disso, Maria Aurea de Araújo irmã de Francisco Antônio de Araújo é casada com Antônio de Siqueira Côrtes irmão de Pedro de Siqueira Côrtes¹⁶. Além desses casos, Jesuíno de Siqueira Côrtes, filho de Pedro de Siqueira Côrtes, se casou com a filha de Francisco Antônio de Araújo, Francisca de Araújo conforme publicado no anúncio da morte de Francisca, em 16 de março de 1885:

A PEDIDOS

Ao passamento de D. Francisca Ferreira de Jesus

Morte! Somno eterno da vida,
Phantasma da humanidade,
Mysterio da providencia,
Puro crisol de humanidade.

(***)

E sempre novo e sempre triste o espectáculo da morte”

Facto natural e tão antigo como a humanidade, causa a maior surpresa aos infelizes que são feridos por esse terrível golpe.

O homem, por mais inteligente e religioso que seja, nunca se conforma com esta lei da natureza.

Mais um ente querido acaba de ser ceifado pela cruel fouce.

No dia 20 do corrente e depois de prolongado sofrimento entregou a alma à Deus D. Francisca Ferreira de Jesus, filha de D. Anna Ferreira de Jesus e virtuosa esposa do Sr. Jesuino de Siqueira Côrtes, bello character e abastado fazendeiro deste termo. Durante os dois longos mezes em que esteve no leito der do não lhe faltaram cuidados da família e foram inúteis todos os recursos empregados para seu restabelecimento.

Dous médicos de reconhecido mérito e provada dedicação estiveram a sua cabeceira, mas a tenaz enfermidade zombou da sciencia.

Cumpria-se, pois, o decreto divino, e D. Francisca Ferreira de Jesus, com a idade de 32 annos, foi lançada no jazigo eterno.

Seu enterramento, o mais concorrido que temos visto aqui, foi também o mais solemne que podia ter. Seus parentes e principalmente sua mãe e esposo, feridos por tão duro golpe, pranteiam hoje a perda desse ente estimado.

¹⁵ NEGRÃO, Francisco. **Genealogia paranaense**. Curitiba: Impressora Gráfica Paranaense, 2004. p.97.

¹⁶ Arvore genealógica da família de Pedro de Siqueira Côrtes. Disponível em: < <https://www.familysearch.org>>. Acesso em: 14 de Mar. 2018.

Seu inconsolável esposo não encontra conforto nem mesmo no ... sorrir de um filhinho adorado, ... fruto desse enlace feliz; porém de curta duração.

Só o tempo e a resignação cristã poderão mitigar tão profundo pesar, e nós, que não achamos palavras para consolar, apenas aconselhamos a expansão de tão justa dor pelas lágrimas de saudade.

Palmas, 20 de janeiro de 1885. (Jornal O Dezenove de Dezembro, 16 de março de 1885. p. 2. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br>>).

Conforme o que foi exposto pelo jornal *Dezenove de Dezembro*, e cruzando com as informações contidas em uma placa exposta na fazenda Sant' Ana da Pitanga que era de propriedade de Francisco Antônio de Araújo, e possível verificar a proximidade dos dois sujeitos. A placa mostra que Pedro de Siqueira Côrtes ajuda na construção da fazenda de Francisco Antônio de Araújo no seguinte trecho:

A Fazenda Sant' Ana da Pitanga foi construída em 1851 pelo Capitão Francisco Antônio de Araújo que junto com seus cunhados Pedro de Siqueira Côrtes e José Joaquim de Almeida e outros bravos foram os intrépidos bandeirantes lavradores e descobridores dos Campos de Palmas, enfrentando toda a sorte de perigos, índios selvagens, feras e o sertão virgem. (NASCIMENTO; FERREIRA, 2009, p.33)

Outro fato é a doação de 100.000 réis feita por Francisco Antônio de Araújo para a guerra do Paraguai a pedido de Pedro de Siqueira Côrtes, então comandante interino da guarda nacional de Guarapuava, conforme noticiou o jornal *Dezenove de Dezembro* em 1868¹⁷. Além disso, o mesmo jornal a pedido do irmão de Francisco Antônio de Araújo, Benedicto Vieira da Silva, noticia que um de seus escravos havia fugido da sua fazenda em Palmeira, solicitando que caso alguém encontrasse o deixasse com um dos sujeitos mencionados na notícia:

¹⁷ Jornal O Dezenove de Dezembro, 23 de maio de 1868, p.4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

Imagem 1 – Fuga do escravo Benedicto

<p>ESCRAVO FUGIDO. Fugiu da fazenda de Santa Barbara, districto da villa da Palmeira, no dia 8 do corrente, um escravo mulato, de nome Benedicto, de 26 annos de idade mais ou menos, alto, bem parecido, pouca barba, cabellos meio desgrenhados, levando poncho</p>	<p>noticia ou o capturar e entregar em Curityba ao Sr. Antonio José Rodrigues, na Palmeira ao tenente José Joaquim de Araujo Perpetuo, na villa do Principe ao Sr. tenente coronel Joaquim Pacheco da Silva Rezende, em Guarapuava ao Sr. tenente coronel Pedro de Siqueira Cortese em Palmas ao seu dono Benedicto Vieira da Silva, receberá a gratificação de 5000.</p>
<p>de panno forrado de baeta vermelha, palla riscado, chapéo de panno pardo, calça e paletót de brim e de riscado. Levou em sua companhia uma rapariga forra e de côr clara, cabellos pretos e corridios, de estatura baixa e gorda. Quem delle der</p>	<p>Protesta-se com todo o rigor da lei contra quem o tiver acoutado. Palmeira, 19 de Dezembro de 1871.</p>

Jornal O Dezenove de Dezembro, 19 de Dezembro de 1871, p.4. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

A notícia da fuga do escravo de nome Benedicto da fazenda Santa Barbara de propriedade do irmão de Francisco Antônio de Araújo, Benedicto Vieira da Silva, contém informações importantes a respeito de suas ligações e de sua família não só com a família de Pedro de Siqueira Côrtes, mas também com a família Pacheco da vila do Príncipe. Confiar à entrega, caso encontrado o escravo fugido, a um dos sujeitos nomeados acima, significa que eles são de confiança do proprietário e de sua família e possuem relações próximas. Isso mostra ainda mais a proximidade da família de Pedro de Siqueira Côrtes, da família de Francisco Antônio de Araújo.

Pedro de Siqueira Côrtes, conforme o que já foi exposto era amigo e parente de Francisco Antônio de Araújo. Ele nasceu em 1811 no que viria a ser a vila de Palmeira e morreu em 1882 em Guarapuava¹⁸. Antes da criação da província do Paraná conforme mencionado no primeiro capítulo, ocupou o cargo de Comandante da Companhia de Permanentes de Palmas de 1841 até 1843. Após a criação da província do Paraná ele foi

¹⁸ Jornal O Dezenove de Dezembro, 04 de novembro de 1882. p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Vereador e Juiz de Paz de Guarapuava, ocupou também os postos de Alferes, Tenente Coronel e Coronel da Guarda Nacional¹⁹.

Outro nome importante citado na notícia sobre a fuga do escravo Benedicto, é o do Tenente Coronel Joaquim Pacheco da Silva Rezende. Como exposto anteriormente, ele também depôs a favor de Pedro de Siqueira Côrtes no processo por ele movido contra Vitorino Condá, assim como seu irmão David dos Santos Pacheco (Barão dos Campos Gerais), mostrando uma ligação dos irmãos com Pedro de Siqueira Côrtes. O que a mesma notícia mostra, é também a ligação da família de Francisco Antônio de Araújo com os irmãos Pacheco.

A família Pacheco foi uma das famílias mais importantes da política provincial no Paraná. Joaquim Pacheco da Silva Rezende era casado com Anna Marcondes de Oliveira, filha de José Caetano de Oliveira (Barão do Tibagi) e irmã de Jesuíno Marcondes de Oliveira Sá, que ocupou diversos cargos eletivos e de nomeação na administração pública, como o de Deputado Geral, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (o primeiro paranaense a ocupar um ministério) além do cargo de Presidente da Província do Paraná (ALVES, 2014, p.351). David dos Santos Pacheco e seu irmão também são primos de Antônio de Sá Camargo (Visconde de Guarapuava) e do Padre Camargo, residente na vila de Palmeira, tendo por esta localidade ocupado os cargos de deputado provincial e vereador em Palmeira por diversas legislaturas (ALVES, 2014, p.375). A ligação da família de Francisco Antônio de Araújo com a família Pacheco aparece também em outra notícia publicada pelo jornal *O Dezenove de Dezembro*, a nomeação do Irmão de Francisco, José Joaquim de Araújo Perpetuo, para o posto de Alferes da Guarda Nacional em 1864. Sua nomeação foi conseguida com o auxílio de David dos Santos Pacheco que na data era “[...] coronel comandante superior do Príncipe [...]” (ALVES, 2014. p.363).

¹⁹ Jornal O Dezenove de Dezembro de 06 de maio de 1857. p. 3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.
 Jornal O Dezenove de Dezembro de 11 de abril de 1860. p. 1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.
 Jornal O Dezenove de Dezembro de 24 de outubro de 1860. p. 3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.
 Jornal O Dezenove de Dezembro 13 de abril de 1864. p. 4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.
 Jornal O Dezenove de Dezembro 24 de setembro de 1864. p. 4. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.
 Jornal O Dezenove de Dezembro 27 de fevereiro de 1869. p. 1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.
 Jornal O Dezenove de Dezembro 15 de janeiro de 1873. p. 2. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

Para preencher os postos vagos existentes no 6º corpo de cavallaria da guarda nacional da freguezia de Palmeira foram nomeados, sob proposta de respectivo tenente-coronel e informação do coronel comandante superior do Príncipe, os seguintes cidadãos:

Estado Maior

Para tenente quartel mestre o alferes Lucio Mendes de Almeida Sampaio.

Para tenente cirurgia João Nepomaceno Carneiro.

Para alferes secretario o guarda José de Araújo Perpétuo.

Para alferes 1º. porta-estandarte o guarda José Mathias de Oliveira.

Para alferes 2º. porta-estandarte o furriel Domingos Ignácio Branco e Silva.

1º Companhia

Para capitão o capitão do extinto esquadrão José Prudêncio Marcondes.

Para tenente o tenente do dito esquadrão Pedro Ferreira Maciel. (Jornal O Dezenove de Dezembro, 16 de abril de 1864, p.2. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>).

Como pode ser visto na notícia acima, existia uma relação próxima da família de Francisco Antônio de Araújo com a de David dos Santos Pacheco e Joaquim Pacheco da Silva Rezende, pois o Irmão de Francisco, José Joaquim de Araújo Perpetuo consegue o posto de Alferes da Guarda Nacional graças a David dos Santos Pacheco, pois os sujeitos nomeados para os postos da guarda Nacional foram aceitos conforme a notícia, sob proposta do respectivo tenente-coronel e informações do coronel comandante superior do Príncipe (o qual era na data David dos Santos Pacheco). Outro sujeito que Francisco Antônio de Araújo possui ligação é Domingos Ignácio de Araújo, que foi comandante-mor da freguesia de Palmeira e no período de ocupação dos campos de Palmas. Também possuía o maior rebanho de gado da região de Guarapuava (SANTOS, 2005, p.50). Domingos Ignácio de Araújo é irmão de Cherubina Rosa Marcondes de Sá, que foi casada com José Caetano de Oliveira (Barão do Tibagi) e de Mathilde Umbelina da Gloria, mãe de Antônio de Sá e Camargo (Visconde de Guarapuava) (SANTOS, 2005, p.56-57). Francisco Antônio de Araújo também é primo de Domingos Ignácio de Araújo, Mathilde Umbelina da Gloria e Cherubina Rosa Marcondes de Sá (SANTOS, 2005, p.56-57). Domingos Ignácio de Araújo foi inclusive padrinho do casamento de Francisco Antônio de Araújo com Anna Maria de Jesus, filha de Theodoro Ferreira Maciel e Rosa de Siqueira Maciel, conforme consta no seu registro de casamento²⁰.

Francisco Antônio de Araújo faz parte de uma rede familiar composta por proprietários de terra nos Campos de Guarapuava e dos Campos Gerais, terras obtidas de dois modos, o primeiro através da concessão de sesmarias como é o caso de seu tio Benedicto

²⁰"Brasil, Paraná, Registros da Igreja Católica, 1704-2008," images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-P6Z7-H?cc=2177282&wc=MHND-NZQ%3A369753601%2C369753602%2C370279401> : 22 May 2014), Palmeira > Nossa Senhora da Conceição > Matrimônios 1827, Maio-1868, Maio > image 56 of 192; Paróquias Católicas, Paraná (Catholic Church parishes, Paraná).

Ayres de Araújo que solicitou em 1818 na região dos campos de Guarapuava uma concessão de sesmaria, conforme Correa e Olivero:

Aos primeiros povoadores de Guarapuava, mediante requerimento, eram concedidas sesmarias. As primeiras foram requeridas em 1818, pelos Snrs.: Benedicto Ayres de Araújo, Joaquim Gonçalves Guimarães, Joaquim José de Oliveira, Manoel Mendes de Sampaio, Francisco de Siqueira Côrtes, Manoel de Araújo e Manoel Mendes Xavier. (CORREA; OLIVERO, 1928, p.18)

O segundo através da ocupação das terras por meio da posse, como é o caso de Francisco Antônio de Araújo que fez parte da expedição de conquista dos campos de Palmas. Como já foi mencionado no primeiro capítulo, mesmo durante a vigência no período colonial do regime de sesmarias, a concessão de sesmarias ficava restrita para aqueles que pudessem comprovar serem sujeitos de posse. Pois, pessoas menos abastadas e com terras apropriadas através da posse, quase nunca requeriam sesmarias, pois podiam acabar expropriados destas. Ou seja, Benedicto Ayres de Araújo possuir terras concedidas pelas autoridades em forma de sesmaria, mostra que podemos falar de um sujeito que goza de certo prestígio no espaço em que vive.

A partir da primeira metade do século XIX a família de Francisco Antônio de Araújo, na figura de seus tios e seu pai, passam a residir principalmente nas Vilas de Guarapuava e de Palmeira. Francisco nasce na cidade de Palmeira em 1820 e fará parte em 1839 da expedição chefiada por Pedro de Siqueira Côrtes para se apropriar das terras dos campos de Palmas. A participação de Francisco Antônio de Araújo nesta expedição só é possível devido ao conjunto de relações parentais em que está inserido. Ele possui parentesco com Pedro de Siqueira Côrtes, chefe da expedição e Domingos Ignácio de Araújo, que foi chefe da Companhia de Municipais Permanentes de Palmas (ALVES, 2014, p.424). Além disso, do mesmo modo que Pedro de Siqueira Côrtes e Domingos Ignácio de Araújo, eles fazem parte de um mesmo grupo econômico, de proprietários de terra e criadores de gado. Tudo isso vai possibilitar a Francisco Antônio de Araújo ingressar na expedição chefiada por Pedro de Siqueira Côrtes e obter terras nos campos de Palmas, postos na Guarda Nacional e cargos eletivos na Freguesia de Palmas.

No inventário do irmão de Francisco Antônio de Araújo, Bento de Araújo Côrtes, aparece em suas dívidas passivas (dívidas a pagar) uma pendência na quantia de 216\$070 mil-réis com o Comendador Antônio Alves de Araújo²¹. Antônio Alves de Araújo foi um dos

²¹ Inventário de Bento de Araújo Côrtes. Arquivo Municipal do Fórum de Palmas. 09 de dezembro de 1871. Setor Civil.

sujeitos de maior prestígio da política paranaense durante o Império, ocupando diversos cargos importantes na província, como o de Deputado provincial, vice-presidente da província do Paraná e presidente da caixa econômica do Paraná (ALVES, 2014, p.361-362). O fato de Bento de Araújo Côrtes ter conseguido tomar emprestado tal quantia do Comendador Antônio Alves de Araújo, nos mostra a existência de uma relação entre estes dois sujeitos e suas famílias. Essa relação além de econômica ela era também política, pois ambas as famílias são vinculadas ao partido Liberal. Possuir ligação com membros da elite local de Palmas garante apoio político a Antônio Alves de Araújo e sua família, pois seu irmão Hypolito Alves de Araújo reside na vila de Palmeira, local de nascimento de Francisco Antônio de Araújo e de seus irmãos (e de residência de um deles, José Joaquim de Araújo Perpetuo que foi vereador e juiz de paz de Palmeira). Hypolito Alves de Araújo vai ocupar em varias legislaturas o cargo de Deputado provincial além de seus irmãos de Antônio Alves de Araújo e Manoel Alves de Araújo, dois dos quatro chefes do partido Liberal no Paraná.

Os outros dois chefes políticos do partido Liberal no Paraná eram Antônio de Sá Camargo e Dr. Jesuíno Marcondes. Esta união política e também familiar, foi denominada por Alves (2015, p.263) de “*clã Oliveira e Sá, Camargo e Alves de Araújo*”. Este clã se articulava e se organizava através do partido liberal, e se utilizavam de sua rede de relações econômicas, políticas e familiar, para alcançar os diversos cargos públicos a nível local, provincial e nacional. Ocupar estes cargos facilitava a defesa dos seus interesses econômicos e de projetos de poder. Os chefes destes clãs por ocuparem principalmente os cargos na administração pública e na política provincial serão denominados de “elite política provincial”, que segundo Vargas:

[...] absorviam e possuíam interesses em comum com parte das consideradas elites locais, que seriam as autoridades públicas paroquiais (militares, oficiais da Guarda Nacional, delegados, juízes de paz, padres, vereadores, tabeliães, entre outros), parte dos comerciantes, dos médios fazendeiros entre outros. Eles se caracterizariam por apresentarem uma esfera de influência reduzida ao próprio município ou arredores e dificilmente algum deles conseguia romper esta barreira. (VARGAS, 2007, p.38)

Na província do Paraná, um dos pontos em comum entre a elite local de Palmas e a elite provincial era a defesa dos interesses econômicos das áreas de criatório do Paraná (a qual os campos de Palmas estão inseridos) e do comércio de tropas, pois estes sujeitos ou possuem relações com fazendeiros ou são fazendeiros de gado muar e vacum. Deste modo, fazer parte da elite local:

[...] implicava em que seus integrantes precisassem tecer relações sociais em três direções para reiterar sua posição social. Essas três direções eram: relações horizontais de aliança com seus pares, relações verticais “para baixo” com os subalternos e, dada sua condição “periférica”, relações verticais “para cima”, com os representantes do poder central. Alianças matrimoniais propiciavam acesso a terras, ao crédito, a informações, ao poder militar; relações com agregados, com escravos, com peões viabilizavam o trabalho, a dependência pessoal e a obtenção de homens em armas; relações com os representantes o poder central permitiam receber bens, cargos, favores e propiciavam aos membros da elite tornarem-se redistribuidores desses recursos a seus pares e subalternos. (FARINATT, 2007. p.34-35)

Neste sentido através das fontes apresentadas até aqui é perceptível estas relações em três direções da família de Francisco Antônio de Araújo como exposto acima. Primeiro nas relações de baixo para cima²², para a obtenção de patentes da Guarda Nacional, como ficou bem claro com os casos do próprio Capitão Francisco e do seu irmão, José Joaquim de Araújo Perpetuo. Nas relações com Pedro de Siqueira Côrtes que faz parte da elite local e com Domingos Ignácio de Araújo que faz parte da elite local de Palmeira. E no sentido de cima para baixo, para obter homens para defender as fazendas dos ataques de indígenas e na obtenção de mão de obra para as fazendas, mão de obra principalmente escrava.

Percebe-se, portanto, que no Paraná do século XIX a elite local e provincial possui interesses e relações próximas, e o Capitão Francisco Antônio de Araújo faz parte de um dos clãs familiares que se estende do litoral ao interior do Paraná e se articula em seu interior para a obtenção do poder político nas diversas esferas de poder na Província do Paraná, organizados através do partido Liberal.

3.2. A Guarda Nacional

Busca-se compreender a importância dos postos de oficiais da Guarda Nacional²³ para a manutenção da condição de elite local de Palmas, na pessoa de Francisco Antônio de Araújo, e o pertencimento a guarda nacional como modo de conseguir alcançar cargos públicos. A Guarda Nacional foi criada em 1831, com a finalidade de “[...] cooptar os proprietários rurais” (Carvalho, 2016. p. 43) pelo poder central durante o Império, e também “[...] transmitir aos guardas algum sentido de disciplina e de exercício da autoridade legal” (Carvalho, 2016. p. 43). A importância da Guarda Nacional do ponto de vista político era:

²² No sentido de baixo para cima, significa da posição de Francisco Antônio de Araújo enquanto elite local, em sua relação com a elite provincial. No sentido de cima para baixo, significa a relação a partir da sua posição para com seus escravos, agregados e pequenos fazendeiros.

²³ Destacamos que: “(...) a Guarda Nacional vinha, assim, suprir o espaço dedicado pelos cortes nos efetivos militares”. (BASISE, In KRINBERG; SALLES, 2009, p.75).

[...] permitir ao senhor mais rico ou mais poderoso (pela proteção que lhe dispensava o Governador, concedendo-lhe o recrutamento, a polícia civil e militar, a câmara municipal com os seus almotacéis) impor-se aos demais clãs feudais e senhoriais pelo princípio da disciplina e obediência militar e também por esse aliciamento espontâneo, que o comando militarizado naturalmente suscita (VIANNA, 1949, p.285 *apud* ALVES, 2014, 16).

Durante o Império, o posto de coronel ou de tenente-coronel “[...] era a mais alta distinção conferida a um fazendeiro do município”. Até mesmo o simples “[...] título de ‘alferes’ só era dado a homens de peso e autoridade local” (VIANNA, 1949, p.285 *apud* ALVES, 2014, 16). Neste sentido os postos de oficiais na guarda nacional eram disputados e dispunham de prestígio social, aumentando as chances de quem os dispunha de conseguir se eleger em pleitos eleitorais, tanto para o poder local quanto provincial.

Francisco Antônio de Araújo, que é o foco principal da monografia, foi tenente da Guarda Nacional até a data de sua morte no ano de 1875. A nomeação de Francisco Antônio de Araújo ao posto de tenente ocorreu no ano de 1865, conforme publicação do jornal *O Dezenove de Dezembro*:

6º ESQUADRÃO DE PALMAS

Estado-maior

Alferes cirurgião - o guarda Manoel Ferreira Bello.

Alferes porta-estandarte - o guarda Estevão Ribeiro do Nascimento Filho.

1º Companhia

Capitão - o guarda Estevão Ribeiro do Nascimento.

Tenente - o guarda Francisco Antonio de Araújo.

Alferes - o guarda Arlindo Silveira Miró. (Jornal O Dezenove de Dezembro, 14 de junho de 1865, p. 4. Disponível em:

<<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>).

A nomeação de Francisco Antônio de Araújo ao posto de tenente da Guarda Nacional ocorre em um momento em que o vice-presidente de província é Manoel Alves de Araújo, como visto anteriormente com ligações com a Família de Francisco Antônio de Araújo e membros do mesmo clã político. Além disso, o Tenente-Coronel da Guarda Nacional de Guarapuava em 1864 (Palmas é neste momento Freguesia do município de Guarapuava) é Pedro de Siqueira Côrtes, cunhado e amigo de Francisco Antônio de Araújo. Portanto, está nomeação não ocorre por acaso, Francisco Antônio de Araújo consegue um posto como oficial da Guarda Nacional, certamente devido a sua ligação de parentesco com Pedro de Siqueira Côrtes e sua ligação política e econômica com a família Alves de Araújo. Durante sua vida, Francisco Antônio de Araújo não conseguiu ascender a um posto maior que Tenente da Guarda Nacional, morrendo em 1875 com esta patente. Conforme noticiou o Jornal *O Dezenove de Dezembro* em 1875:

A PEDIDO

Nos últimos dias do mez passado chegou-nos a notícia do passamento do Sr. Capitão Francisco Antônio de Araújo, morto em Palmas no dia 24 de julho.

Este doloroso golpe consternou em extremo uma família numerosa, e os amigos dedicados, que lamentam a falta do virtuoso ancião, descansado para sempre das fadigas e dos sofrimentos da vida terrestre.

E Palmas, vasto districto ainda semi deserto, que tanto necessita dos cidadãos beneméritos empenhados pelo seu progresso; Palmas, que ainda verte lagrimas de saudade sobre os túmulos dos finados Ribeiro do Nascimento, Oliveira Rivas e outros filhos queridos, cobre-se hoje de luto diante a sepultura que guarda o corpo inanimado de um dos seus mais prestimosos cidadãos.

O tenente Francisco Antônio de Araújo arrastou uma vida cheia de martyrios e dores: victima de uma enfermidade rebelde aos recursos da sciencia, gêmeo muitos anos no leito dos sofrimentos, e somente na morte encontrou o único e derradeiro lenitivo. E si alguma coisa era capaz de fazer lhe esquecer por momentos as dores causadas pelo seu estado valetudinário, era a doce satisfação de haver sempre cumprido deveres de pai de família, de amigo, e de cidadão.

Quão extremoso se mostrava sempre para sua idolatrada esposa e filhos! Quanto interesse pelos negócios de seu paiz! Com quanto discernimento, tino e abnegação dava ele seu auxilio e conselhos quando os amigos buscavam seu apoio, que nunca lhes era negado; e sua voz, lá do leito da dor, era ouvida e respeitada.

Mas emfim, soou a sua derradeira hora, a alma do justo foi receber a recompensa na verdadeira morada, e o corpo, cançado de tantos sofrimentos, dorme sob a lousa fria o sono eterno, onde não se sentem dores. Recebeu a coroa do martyrio.

A terra lhe seja leve.

Guarapuava, 1º de agosto de 1875.

Um amigo do finado. (Jornal *O Dezenove de Dezembro*, 25 de agosto de 1875, p.3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>).

Pode-se perceber na noticia que no primeiro paragrafo, o amigo do finado se refere a Francisco Antônio de Araújo como Sr. Capitão Francisco Antônio de Araújo, e depois no quarto paragrafo se refere ao mesmo como tenente Francisco Antônio de Araújo. Ou seja, não é possível afirmar qual é a patente de Francisco Antônio de Araújo quando ele morre se era a patente de capitão ou de tenente, mas provavelmente era tenente e para homenageá-lo fora nominado capitão. Outra questão com relação à publicação da noticia da morte de Francisco Antônio de Araújo no Jornal *O Dezenove de Dezembro*, é sobre o seu significado, pois isso mostra o prestígio que o mesmo possuía em vida, não somente em Palmas, mas também em Guarapuava.

Além de Francisco Antônio de Araújo, seu irmão José Joaquim de Araújo Perpetuo, também foi nomeado oficial da Guarda Nacional, mas na freguesia e posteriormente Vila de Palmeira. A publicação do Jornal *O Dezenove de Dezembro* do dia 16 de abril de 1864, aparece à nomeação de Jose Joaquim de Araújo Perpetuo como alferes da Guarda Nacional,

mas ao contrário do seu irmão Francisco Antônio de Araújo ele ascende à postos mais importantes durante sua vida. Jose Joaquim de Araújo Perpetuo aparece como tenente da Guarda Nacional em 23 de dezembro de 1871²⁴. Ascendeu ainda, à capitão da Guarda Nacional:

- A' Thesouraria da fazenda – Na conformidade do aviso do ministério da agricultura, sob n. 28, de 3 do corrente, junto por copia, mande v.s. pagar ao engenheiro Virgínio da Gama Lobo, diretor dos núcleos coloniaes do 1º e 2º districtos coloniaes desta província a quantia de 36:047\$848, importância dos trabalhos a executar-se nas estradas e obras de – arte daqueles núcleos, visto estar o mesmo engenheiro autorizado a celebrar os respectivos contratos, independentemente dessa repartição, quer sejam tais obras realizadas por empreitada, quer por arrematação, contanto que os documentos e comprobatórios de tais despesas preencham todos os requisitos legais.
- A' mesma – Para os fins convenientes, remeto-lhe as patentes do capitão cirurgião – mór doutor Dr. Trajano Joaquim dos reis, major ajudante de ordens Feliciano Nunes Pires e capitão quartel-mestre José Joaquim de Araújo Perpétuo, pertencentes: o primeiro ao comando superior da capital e os últimos de Campo Largo. (Jornal O Dezenove de Dezembro, 22 de abril de 1882, p.2. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>).

Após três anos da notícia que indica a ascensão de José Joaquim de Araújo Perpetuo ao posto de capitão, ocorre sua nomeação ao mais alto posto da Guarda Nacional o de tenente-coronel comandante da Guarda Nacional, isso aconteceu em 29 de julho de 1885:

Foram nomeados tenentes coronéis comandantes do 10º corpo de cavallaria e do 2º batalhão da reserva da guarda nacional desta província o capitão José Joaquim de Araújo Perpétuo e o tenente Candido Melchiades da Costa. (Jornal O Dezenove de Dezembro, 29 de julho de 1885, p.2. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>).

As datas das nomeações tanto de Francisco Antônio de Araújo quanto de José Joaquim de Araújo Perpetuo para oficiais da Guarda Nacional ou como no caso do último, também para ascender de postos na guarda, coincidem com o período de domínio liberal na Assembleia Legislativa do Paraná e sendo seu presidente, Manoel Alves de Araújo, sujeito com ligação a família de Francisco Antônio de Araújo como já demostramos. Manoel Alves de Araújo foi presidente da Assembleia Legislativa da Província do Paraná nas legislaturas de 1864-1865, período em que Francisco Antônio de Araújo e seu irmão foram nomeados oficiais da Guarda Nacional (1868-1869), provável período em que José Joaquim de Araújo Perpetuo foi nomeado tenente da Guarda Nacional, 1880-1881 e 1882-1883 (1882-1883 a assembleia foi presidida pelo irmão de Manoel Alves de Araújo, o comendador Antônio Alves de Araújo), provável período em que José Joaquim de Araújo Perpetuo foi nomeado

²⁴ Jornal O Dezenove de Dezembro, 23 de dezembro de 1871. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

tenente da guarda nacional, 1884-1885, período da nomeação José Joaquim de Araújo Perpetuo para tenente-coronel comandante da guarda nacional, 1886-1887 e 1888-1889 (ALVES, 2014).

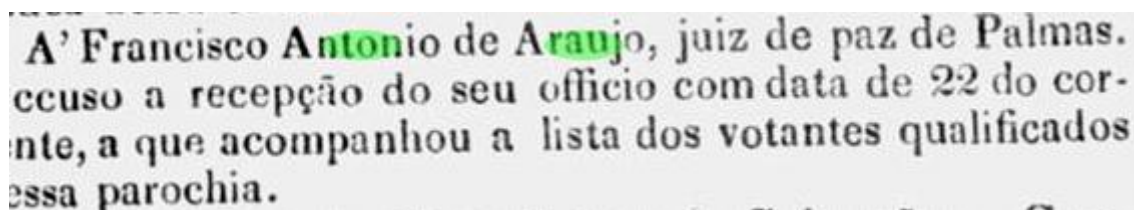
Portanto é perceptível que as relações de baixo pra cima, ou seja, do poder local para o poder provincial, favoreciam a ascensão e a obtenção de postos de oficiais da Guarda Nacional. No próximo tópico será possível observar a relação da obtenção de postos de oficial da Guarda Nacional com a conquista de cargos eletivos na localidade como de vereador e juiz de paz.

3.3. Análise dos Cargos públicos

Buscamos compreender o que possibilitou a conquista dos cargos eletivos de juiz de paz e vereador em Palmas e Palmeira, por Francisco Antônio de Araújo e José Joaquim de Araújo Perpetuo. Os cargos de juiz de paz e vereador são os cargos eletivos que fornecem poder político e de decisão no âmbito local. O juiz de paz tem a função de organizar as eleições, sendo o mais votado responsável pela organização das listas de votantes e eleitos, que deveriam ser tornadas públicas (Vargas, 2007, p.137). Os vereadores tinham a função de gestão dos recursos da localidade e a promulgação de leis dentro dos seus limites constitucionais.

Francisco Antônio de Araújo foi eleito juiz de paz da freguesia de Palmas por duas legislaturas. A primeira de 1857-1860 e a seguinte entre 1860-1864. Foi possível verificar sua eleição para juiz de paz na primeira legislatura em razão do cruzamento de dados entre o Jornal *O Dezenove de Dezembro* e a informação sobre a duração das legislaturas contidas Alves (2014). O Jornal *O Dezenove de Dezembro* publica no dia 03 de março de 1858, o recebimento da lista de votantes da paróquia de Palmas despachada por Francisco Antônio de Araújo:

Imagem 2 – Ofício ao juiz de paz de Palmas

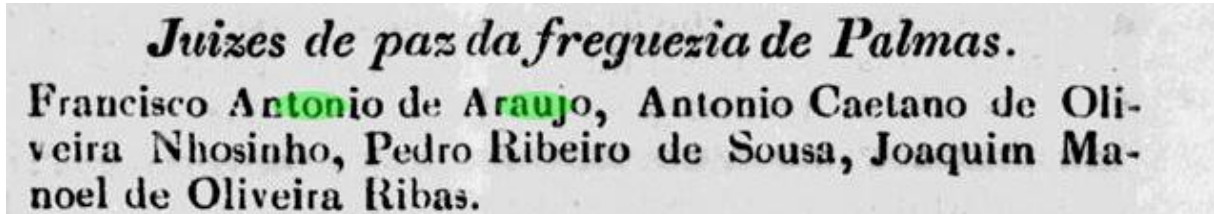


A' Francisco Antonio de Araujo, juiz de paz de Palmas. ccuso a recepção do seu officio com data de 22 do corrente, a que acompanhou a lista dos votantes qualificados essa parochia.

Jornal O Dezenove de Dezembro, 03 de março de 1858, p.2. Disponível em:
<<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

O resultado da segunda eleição para juiz de paz de Palmas foi publicada no *Jornal O Dezenove de Dezembro* no dia 24 de outubro de 1860:

Imagem 3 – Eleição de juiz de paz da freguesia de Palmas



Jornal O Dezenove de Dezembro, 24 de outubro de 1860, p.3. Disponível em:
<<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

Como a província do Paraná foi criada em 1854, a primeira eleição para juizes de paz e vereadores ocorreu somente em 1856, para um mandato de quatro anos, de 1857-1860 (ALVES, 2014, p.40). Ou seja, Francisco Antônio de Araújo participou das duas primeiras eleições para o cargo de juiz de paz da freguesia de Palmas, sendo que após o término do segundo mandato ele foi nomeado tenente da guarda nacional em 1865.

O irmão de Francisco Antônio de Araújo, José Joaquim de Araújo Perpetuo terá carreira política na Vila de Palmeiras, sendo eleito por esta, vereador para um curto mandato entre 1870-1872 e para juiz de paz entre 1887-1890 (ALVES, 2014, p.468 e 494). É possível notar que ao contrário de seu irmão, José Joaquim de Araújo Perpetuo consegue alcançar os cargos de juiz de paz e vereador após conseguir o posto de oficial da Guarda Nacional, sendo eleito para o cargo como tenente. É possível que em razão de ter se tornado oficial da Guarda Nacional, somada a sua relação com diversos indivíduos importantes na política paranaense, tenha facilitado sua vitória para os cargos tanto de vereador no início da década de 1870, como de juiz de paz no final do Império.

Portanto, Francisco Antônio de Araújo conseguiu se eleger ao cargo de juiz de paz de Palmas por oito anos entre 1857-1864, em razão de seu perfil econômico, de proprietário de terras, dono de escravos e ligado por parentesco aos seus pares, tanto em Palmas como Palmeira, Guarapuava e outras localidades da província como foi anteriormente esmiuçado, perfil esse que seu irmão também possuía.

3.4. Perfil econômico de Francisco Antônio de Araújo

Através do perfil econômico de Francisco Antônio de Araújo, localizamos seus bens, e sua posição social como elite econômica de Palmas. Expondo quais são seus bens e qual os valores conferidos a eles pelo avaliador. Francisco Antônio de Araújo possuía uma fortuna considerável para a localidade de Palmas, mesmo não sendo um dos sujeitos mais abastados da região, quando se é levada em conta os inventários e testamentos analisados por Mendes (1989). Os valores dos bens de Francisco Antônio de Araújo são os seguintes:

Tabela 1: Fichamento do inventário de Francisco Antônio de Araújo.

Bens de Raiz:	Escravos:	Bens Semoventes:	Móveis:	Prata:	Monte-Mor:
33:900\$000	11:000\$000	3:608\$000	28\$000	54\$000	48:595\$000

Fonte: Arquivo do Instituto Federal do Paraná, Campus de Palmas.

A descrição de seus bens mostra que 69,75% deles estão na categoria bens de raiz, os quais constam os valores avaliados de suas terras, benfeitorias, poteiros, terrenos, casas, matos entre outros bens desta natureza. Outro aspecto importante dos bens do Capitão Francisco, é o valor o qual foram avaliados seus 19 escravos, sendo esse valor 22,63% de todos os seus bens, ficando a avaliação de seus animais, moveis e metais preciosos como prata e ouro (em seu inventário não consta nenhuma quantia em ouro), esses bens são apenas 7,62% do seu monte-mor. Conforme Siqueira o “[...] Capitão Francisco possuía uma das maiores escravarias presentes nos inventários palmenses [...]” (SIQUEIRA, 2010. p.80).

A composição dos bens de Francisco Antônio de Araújo, nos mostra a importância de este ter feito parte da expedição de Pedro de Siqueira Côrtes nos campos de Palmas, principalmente em razão da maior parte de seus bens serem terras adquiridas neste processo, pois “Dos 12 inventariados mais ricos e moradores de Palmas pesquisados entre 1859 a 1889, 8 tiveram alguma participação direta ou indireta nas expedições colonizadoras.” (SIQUEIRA, 2010. p. 14). Ou seja, as expedições fizeram parte e tiveram influência na vida da maior parte dos sujeitos ricos e afortunados de Palmas, pois ter sido membro de uma dessas expedições garantiu a eles acesso a terras e acúmulo de riqueza (SIQUEIRA, 2010, p.14).

Portando percebemos que Francisco Antônio de Araújo possuía uma quantia razoável de bens em seu inventário, e sua fortuna tem relação direta com o processo de invasão dos campos de Palmas. Seu perfil econômico e social é de fazendeiro de gado, com terras adquiridas de forma ilegal através da posse, e proprietário de uma grande escravaria comparada às demais existentes nos campos de Palmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A posse das terras dos campos de Palmas em 1839 e a expropriação de seu território dos grupos indígenas que ali habitavam, ocorreu devido a dois interesses distintos. O primeiro deles foi de uma disputa política de divergências de interesses das áreas de criatório do Paraná e seus fazendeiros das elites provinciais da capital São Paulo, e uma das bandeiras dos fazendeiros da então comarca de Curitiba era a emancipação da mesma da província de São Paulo. O outro motivo foi o interesse individual dos homens que chegaram aos campos de Palmas e ali se instalaram, criando gado e muares e instalando suas fazendas com escravos. Estes se interessaram pela empreitada devido ao ganho financeiro da obtenção de novas terras e campos propícios a criação, pois, a economia do país necessitava de meios de transporte e alimentos, caracterizando as áreas para criar em um negócio lucrativo.

A chegada destes sujeitos ao local e a superação das dificuldades enfrentadas para formar um povoado, fez com que estes sujeitos que ali chegaram se tornassem os homens que tomavam as decisões dos rumos da localidade, ou seja, sua elite. Os pobres que os acompanharam com a intenção de obterem terras ou trabalharem nas fazendas acabaram por constituir uma das partes da organização social, entre estes sujeitos estavam os libertos e posteriormente imigrantes europeus, luso-brasileiros pobres que constituíram uma massa a ser controlada para fins políticos dos grandes fazendeiros. Outro grupo social presente em Palmas são os escravos, importantes para o trabalho com as criações e plantações nas fazendas e com os afazeres domésticos. A estratificação social, portanto fica clara, constituída dos sujeitos que tomaram conta da maior parte das terras deste vasto território, sendo em razão disto sua elite econômica e política, os trabalhadores ou pequenos agricultores com terras adquiridas através da posse ou da compra, sendo um capital político importante. Os indígenas que despertavam temor de ataques, mas também se constituíam em defensores das posses dos fazendeiros, em uma estratégia de negociação entre as partes, forneciam informações sobre a região em contato com outros grupos indígenas além de auxiliarem na abertura de estradas e por último os escravos, como mencionado, mão de obra importante, tanto para alugá-la quanto para as fazendas.

A criação da província do Paraná em 1854 propiciou o aumento do poder político das elites locais das diversas cidades paranaenses. A negociação com as autoridades centrais através de uma representação política na câmara federal e no senado, além da criação de uma Assembleia Legislativa no Paraná, aumentou o controle de cargos e a possibilidade da elite agora provincial, influenciar ou fornecer cargos para atender demandas de aliados políticos,

nas esferas de poder municipal. O poder político na província será ocupado por sujeitos aparentados entre si, que estabelecem relações através de laços matrimoniais e se articulam nas representações políticas do período imperial (partido Liberal e Conservador) para defender seus interesses econômicos e projetos de poder.

O que se verifica a nível provincial, terá suas ligações e reprodução a nível local nos municípios. O que existe é uma relação da localidade para a província, para a obtenção de postos importantes no controle político local, mas que precisam de decisões a nível provincial e do governo central. Como será o caso da Guarda Nacional, que possibilita aos sujeitos que ocupam seus postos de oficiais a obterem prestígio e poder repressivo nos municípios. Ser oficial da Guarda Nacional também possibilitava uma relação de cima para baixo, dos líderes locais com seus agregados, fazendo com que através de sua influencia protegesse-os do recrutamento da Guarda Nacional.

Francisco Antônio de Araújo parte de uma elite econômica e política da então freguesia de Palmas, é um sujeito que sairá com 19 anos de idade do local em que nasceu na então freguesia de Palmeira, para obter terras nos campos de Palmas e ascender economicamente. Francisco Antônio de Araújo já fazia parte em Palmeira de uma família que tinha suas ligações por meio de matrimônio com sujeitos importantes e que ocupavam cargos na administração local, seu pai é descrito em seu registro de batismo como tenente, e seus tios recebem sesmarias em Guarapuava e Palmas. Em razão do local social em que nasceu lhe possibilitou contatos com sujeitos importantes os quais dispunham de prestígio na província do Paraná, facilitando assim, a obtenção do cargo de juiz de paz e o posto de tenente da Guarda Nacional. Deste modo, também foi possível verificar a ascensão de seu irmão que residia na cidade de Palmeira, que provavelmente ficou com parte das terras de seu pai na localidade e que ascendeu aos cargos de vereador, juiz de paz e tenente-coronel comandante da Guarda Nacional.

Enfim, a realização desta pesquisa possibilitou mapear as relações sociais de um indivíduo que faz parte da elite de Palmas durante o século XIX, e verificar as características desta elite que eram perceptíveis em sua figura e de sujeitos que se relacionavam com ele, através de elos econômicos, políticos ou de parentesco. Entende-se que a formação de um clã político a nível provincial se reproduzia e se sustentava também a nível local. Percebendo que essa elite se forma através da apropriação de terras por meio da posse, extermínio indígena, utilização de mão de obra escrava e da utilização de uma rede parental na política, para alcançar os cargos eletivos a nível local e se apossar dos instrumentos do poder repressivo do estado.

ANEXOS

Anexo I

O Solar da Muralha de Pedra

A Fazenda Sant'Ana de Pitanga foi construída no ano de 1851 pelo Capitão Francisco Antônio de Araújo que junto com seus cunhados Pedro de Siqueira Côrtes e José Joaquim de Almeida e outros bravos foram os intrépidos bandeirantes lavradores e descobridores dos Campos de Palmas, que aqui chegavam no ano de 1836 enfrentando toda a sorte de perigos, índios selvagens, feras e o sertão virgem.

O Capitão Francisco Antônio de Araújo era casado com Dna. Ana Ferreira de Jesus. Foi devotado à causa pública. Foi o primeiro a exercer o cargo de Juiz de Paz, quando Palmas era simples Vila e Freguesia, sendo este cargo o de destaque naquela época. Tirou a sua posse e construiu a atual sede da Fazenda Pitanga que até hoje está em mãos da família Araújo, é considerada em seu estilo primitivo pelo atual proprietário Sr. Alípio Pirajá de Araújo, neto do saudoso Capitão Francisco Antônio de Araújo e filho do Cel. Paulo Ferreira de Araújo e de Dna. Emília Pacheco de Araújo de saudosa memória e casado com Dna. Dulce Barros de Araújo que sempre devotou a causa pública, professora normalista aposentada, exerceu por longos anos o magistério em nossa cidade e em Curitiba, tendo exercido durante 20 anos o cargo de Presidente da Legião Brasileira de Assistência, sempre amparando os humildes muitas vezes em suas espensas. A casa da morada da Fazenda Pitanga é um monumento histórico em nosso município, toda construída de pedra com suas colossais paredes de um metro de largura, uma verdadeira fortaleza a fim de enfrentar os índios que naquela época atacavam e queimavam as propriedades.

As adjacências da fazenda é toda cercada por muralhas de pedra, muito comum naquela época e conhecida pelo nome de “taipa” construída pelos escravos.

O pai do atual proprietário da Fazenda Pitanga Cel. Paulo Ferreira de Araújo foi influente chefe político desta comarca prestando inestimáveis serviços ao povo deste município, e foi Prefeito Municipal de Palmas no período de 1921 a 1924, tendo realizado uma administração de destaque pelas obras que então realizou. Faleceu em 2 de fevereiro de 1944, com idade 74 anos na Fazenda Pitanga, onde nasceu e residiu toda a sua vida.

O casal Alípio Pirajá de Araújo e Dna. Dulce Barros de Araújo tem nove filhos, sendo três homens e seis mulheres. O filho mais velho do casal é o Sr. Paulo de Araújo, cidadão de destaque em nossa sociedade, casado com Dna. Catarina Candaten Araújo, sendo esta natural do Rio Grande do Sul, descendente de imigrantes italianos, o Sr. Paulo Araújo é figura expoente nos meios pecuaristas, sempre residiu na Fazenda Pitanga em companhia de seus pais, sendo certo que com seus irmãos e cunhados venha a continuar a manter a tradição do velho “Solar dos Araújo”; Celso Araújo é funcionário federal em Curitiba; Mário Araújo solteiro reside com seus pais; Emília Araújo Freitas casada com Sr. Hélio de Freitas funcionário do Banco do Brasil residente em Brasília D. Federal; Marília Araújo Oliveira casada com Sr. César Oliveira, funcionário do Banco do Brasil em Rio de Janeiro, estado da Guanabara; Célia Araújo Gaeski casada com o Sr. Carlos Gaeski residente na Fazenda Pitanga em Palmas. A senhorita Ana Conceição, Sra. Tereza Cristina Araújo Santos casada com Sr. Gelso Lima Santos, Sra. Maria Olímpia de Araújo Ribas casada com Bonifácio Batista Ribas, figuras marcantes de nossos meios sociais, sendo a última funcionário da Faculdade de Filosofia do Paraná.

O povoamento dos Campos de Palmas está ligado diretamente a História do Brasil. Se não possuem as fazendas construídas por Brasileiros, povoamento implantado pelos Bandeirantes e Povoadores destes campos, talvez nosso destino fosse outro no ponto de vista geográfico pois a questão de limites com a República Argentina e o Brasil em que se impôs a figura impoluta do grande Barrão do Rio Branco.

A nossa gratidão foi resolvida pelo arbítrio do Presidente Cleveland dos Estados Unidos da América do Norte que deu o seu lado favorável ao Brasil. Fundamentado em toda a região Contestada foi desbravada por brasileiros e o seu povoamento feito por brasileiros. Sendo portanto os Bandeirantes e Povoadores dos Campos de Palmas os legítimos mantenedores deste direito. É inaudito que não exista em nossa cidade sequer uma rua com o nome um destes bravos que foram os fundadores desta Histórica Cidade de Palmas.

Os dirigentes da Folha Palmense agradecem a família Araújo a magnífica acolhida que nos deram, proporcionando horas alegres na Fazenda “O Solar da Muralha de Pedra”.

Paulo Barros de Araújo casado com Dna. Catarina Candaten de Araújo em 5-11-1945, fixou residência em 1954 na Fazenda Pitanga no lugar denominado Capão da Fogueteira mais tarde denominado Sta. Emília do Pitanga.

Em 1964 adquiriu de seu pai, a parte de terras denominada Sta. Emília do Pitanga com cerca de 370 alqueires.

Mais tarde em 1970 seus pais Alípio Pirajá de Araújo e Dna. Dulce Barros de Araújo resolveram fazer uma doação do restante da Fazenda Pitanga, cabendo a cada filho 53 alqueires, sendo que a sede da Fazenda Pitanga coube a seu filho mais velho Paulo Barros de Araújo e uma área de 30 alqueires próximo a sede.

Paulo Barros de Araújo com ajuda de sua esposa e filhos enfrentando grandes sacrifícios adquiriram de seus irmãos e cunhados uma área de 300 alqueires, a atual sede da Fazenda Pitanga “velho solar dos Araújo”.

Hoje pertence a Sr. Paulo Barros de Araújo e sua esposa Catarina Candaten Araújo, que pede a Deus poder conservar o lugar a seus filhos este chão sagrado que adquiriram e herdaram de seus pais.

Filhos de Paulo Barros de Araújo e Dna. Catarina Candaten de Araújo. Francisco Antônio de Araújo casado com Dirlei Carlim de Araújo tendo dois filhos Antônio Paulo e Ligiane Carlim de Araújo.

Alberto Araújo casado com Vera Bini de Araújo tendo dois filhos Alípio Pirajá Bini de Araújo e Mário Alberto Bini de Araújo.

Eduardo S. C. de Araújo casado com Lucinda Geanine Reis de Araújo tendo dois filhos. Rodrigo Reis de Araújo e Marcos Paulo Reis de Araújo. Luíz Pirajá de Araújo casado com Maisa Bordignon de Araújo tendo dois filhos Luis Cezar Bordignon de Araújo e André Luis Bordignon de Araújo.

Fonte: Documento da legalização da posse da fazenda do Coronel Paulo Ferreira de Araújo *In* NASCIMENTO & FERREIRA, 2009, p.33.

Anexo II

Registro de casamento de Francisco Antônio de Araújo e Anna Maria de Jesus:

Francisco Antônio de Araújo

com

Anna Maria de Jesus

Aos dezoito de outubro de mil oitocentos e quarenta e dois nesta Freguezia onde ambos são ... moradores, ... pelo reverendo vigário da ... desta comarca, Antonio Joaquim da Costa impedimento de segundo gráo de consanguinidade em linha ... minha presença e das testemunhas o capitão Domingos Ignácio de Araújo, Gregório Ferreira Maciel, cazou da igreja nas palavras do presente Francisco Antônio de Araújo, filho legitimo do finado Tenente Lourenço Justiniano de Araújo, de Maria Perpetua, com Anna Maria de Jesus filha legitima de Theodoro Ferreira Maciel e de Rosa Maria de Jesus, dos ... desta Freguezia na forma da Igreja.

Assinatura de Domingos Ignácio de Araújo.

Fonte: "Brasil, Paraná, Registros da Igreja Católica, 1704-2008," images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-P6Z7-H?cc=2177282&wc=MHND-NZQ%3A369753601%2C369753602%2C370279401> : 22 May 2014), Palmeira > Nossa Senhora da Conceição > Matrimônios 1827, Maio-1868, Maio > image 56 of 192; Paróquias Católicas, Paraná (Catholic Church parishes, Paraná).

Fontes

Fontes Manuscritas

- Fórum da Comarca de Palmas - PR:

Inventário dos moradores dos Campos de Palmas. Cartório da 1ª Vara Cível.
Processos crimes e civis – 1840 – 1890

Registro de casamento de Francisco Antônio de Araújo e Anna Ferreira de Jesus. "Brasil, Paraná, Registros da Igreja Católica, 1704-2008," images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-P6Z7-H?cc=2177282&wc=MHND-NZQ%3A369753601%2C369753602%2C370279401> : 22 May 2014), Palmeira > Nossa Senhora da Conceição > Matrimônios 1827, Maio-1868, Maio > image 56 of 192; Paróquias Católicas, Paraná (Catholic Church parishes, Paraná).

Fontes Impressas

BRASIL, IBGE. **Recenseamento do Brasil em 1872**, 1872.

CORREA, Leocadi; OLIVERO, Mario. **Guarapuava**. Curitiba: Max Roesner & Filhos, Ltda., 1928. 427 p. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/721123/427>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

CARTA MENSAL: **Colégio Brasileiro de Genealogia**. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros - Senai Rj, 2009. Disponível em: <<http://www.cbg.org.br/cartamensal/CM94.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2017.

- Hemeroteca Digital:

BRITO, Tito Alves de. **Esboço do mappa dos Campos de Palmas e territórios contíguos**. Rio de Janeiro, RJ: Lith. do Archivo militar, 1843. 1 mapa, 46,5 x 57,5cm em f. 48,7 x 64. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart176716/cart176716.html>. Acesso em: 4 maio de 2018.

Jornal O Dezenove de Dezembro. Curitiba, 16 de março de 1885. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/416398/1519>>. Acesso em: 08 de novembro de 2017.

Jornal O Dezenove de Dezembro. Curitiba, 19 de Dezembro de 1871. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/416398/1519>>. Acesso em: 08 de novembro de 2017.

Jornal O Dezenove de Dezembro. Curitiba, 04 de novembro de 1882. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

Jornal O Dezenove de Dezembro. Curitiba, 06 de maio de 1857. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/416398/1519>>. Acesso em: 08 de novembro de 2017.

Jornal O Dezenove de Dezembro. Curitiba, 11 de abril de 1860. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/416398/1519>>. Acesso em: 08 de novembro de 2017.

Jornal O Dezenove de Dezembro. Curitiba, 24 de outubro de 1860. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/416398/1519>>. Acesso em: 08 de novembro de 2017.

Jornal O Dezenove de Dezembro. Curitiba, 13 de abril de 1864. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/416398/1519>>. Acesso em: 08 de novembro de 2017.

Jornal O Dezenove de Dezembro. Curitiba, 24 de setembro de 1864. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/416398/1519>>. Acesso em: 08 de novembro de 2017.

Jornal O Dezenove de Dezembro. Curitiba, 27 de fevereiro de 1869. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/416398/1519>>. Acesso em: 08 de novembro de 2017.

Jornal O Dezenove de Dezembro. Curitiba, 15 de janeiro de 1873. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/416398/1519>>. Acesso em: 08 de novembro de 2017.

Jornal O Dezenove de Dezembro. Curitiba, 16 de abril de 1864. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/416398/1519>>. Acesso em: 08 de novembro de 2017.
Jornal O Dezenove de Dezembro. Curitiba, 14 de junho de 1865. Disponível em:
 <<http://memoria.bn.br/DocReader/416398/1519>>. Acesso em: 08 de novembro de 2017.
Jornal O Dezenove de Dezembro. Curitiba, 25 de agosto de 1875. Disponível em:
 <<http://memoria.bn.br/DocReader/416398/1519>>. Acesso em: 08 de novembro de 2017.
Jornal O Dezenove de Dezembro. Curitiba, 22 de abril de 1882. Disponível em:
 <<http://memoria.bn.br/DocReader/416398/1519>>. Acesso em: 08 de novembro de 2017.
Jornal O Dezenove de Dezembro. Curitiba, 29 de julho de 1885. Disponível em:
 <<http://memoria.bn.br/DocReader/416398/1519>>. Acesso em: 08 de novembro de 2017.
Jornal O Dezenove de Dezembro. Curitiba, 03 de março de 1858. Disponível em:
 <<http://memoria.bn.br/DocReader/416398/1519>>. Acesso em: 08 de novembro de 2017.
Jornal O Dezenove de Dezembro. Curitiba, 24 de outubro de 1860. Disponível em:
 <<http://memoria.bn.br/DocReader/416398/1519>>. Acesso em: 08 de novembro de 2017.

Referências

ALVES, Alessandro Cavassin. **A província do Paraná (1853 - 1889):** A classe política. A parentela no governo. Tese (Doutorado), Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

ALVES, Alessandro Cavassin. Políticos paranaenses no período provincial (1853-1889): a análise genealógica e prosopográfica. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 13, n. 25, p.251-276, 22 jan. 2016. Universidade Federal do Maranhão.

<http://dx.doi.org/10.18764/2236-9473.v13n25p251-276>. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.18764/2236-9473.v13n25p251-276>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

BANDEIRA, José Joaquim Pinto. Notícias da descoberta dos Campos de Palmas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 14, p.425-438, 1851.

Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial; 1831-1870.** Volume II. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2009.

BRIGHENTI, C. A. Povos Indígenas em Santa Catarina. In: NOTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandro Fernando. (Org). **Etnohistória, História Indígena e Educação:** Contribuição para o debate. 1ed. Porto Alegre: Palotti, 2012, v.1, p. 37-65.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** O longo caminho. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 254 p.

CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentiva de balanço crítico da historiografia contemporânea.. In: HEINZ, Flávio Madureira. **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 18-39.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins Meridionais:** famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FURTADO, Júnia Ferreira. Testamentos e Inventários: A morte como testemunho de vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi et al. **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2012. p. 93-118.

- GREGÓRIO, Vitor Marcos. **Dividindo as Províncias do Império: A emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do estado nacional brasileiro (1826-1854)**. 2012. 486 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-12062013-102746/pt-br.php>>. Acesso em: 18 jun. 2018.
- GUAZZELLI, Cesar. Libertos, gaúchos, peões livres e a guerra dos farrapos. In: Dantas, Mônica. (org). **Revoltas, Motins, Revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011, p.229-261.
- HEINSFELD, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina: A Questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco)**. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- HEINZ, Flávio Madureira. O historiador e as elites - à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio Madureira. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 1-15.
- HÖRNER, Erik. **Em defesa da Constituição: A guerra entre rebeldes e governistas (1838-1842)**. 2010. 376 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26112010-145451/pt-br.php>>. Acesso em: 19 jun. 2018. p. 376.
- LAGO, Lourdes Stefanello. **Origem e evolução da população de Palmas, 1840 - 1890**. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: A formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas – SP: Unicamp, 2004.
- MARTINS, Romario. **História do Paraná**. Curitiba: Guaíra, 1937.
- MENDES, Adilson Miranda. . **Origem e Composição das Fortunas na Sociedade Tradicional Paranaense: Palmas 1859 - 1903**. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1989.
- NEGRÃO, Francisco. **Genealogia paranaense**. Curitiba: Imprensa Gráfica Paranaense, 2004. 625 p.
- PEZZOLE, Dino Ricardo. **Jornal "Dezenove de Dezembro"**. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Design, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2006.
- SANTOS, Zelo Martins dos. **Visconde de Guarapuava: Um personagem na história do Paraná**. 2005. 197 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.
- SILVA, Ligia Osório. **Terras Devolutas e Latifúndio**. Campinas: UNICAMP, 2008.
- SIMIAND, François. **Método Histórico e Ciência Social**. Tradução de José Leonardo do Nascimento. Bauru/SP: Edusc, 2003, 118p.
- SIQUEIRA, Ana Paula Pruner de. **Cativeiro e Dependência na Fronteira de Ocupação: Palmas, PR, 1850 - 1888**. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- SCHMITT, Ârderson Marcelo. **Não admito escusa alguma: confisco e recrutamento na Guerra dos Farrapos (1835-1845)**. São Leopoldo: Oikos, 2016. 192 p.

SOUZA, Almir Antonio de. A Invasão das Terras Kaingang nos Campos de Palmas. O Processo Contra a Liderança Indígena Vitorino Condá (1839-44). **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 19, n. 2, p.43-61, 30 dez. 2014. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2014v19n2p43>. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/20697/15763>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

SOUZA, Ricardo Luiz de. A mitologia bandeirante: construção e sentidos. **História Social**, Campinas, v. 13, p.151-171, 2007.

VARGAS, Jonas. **ENTRE A PARÓQUIA E A CORTE: Uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)**. 2007. 279 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VOLTOLINI, Sttilo. **Retorno 2**. Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957, 2. ed. Pato Branco: Artepres, 1997.